

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	7
5.4 - Programa de Integridade	10
5.5 - Alterações significativas	14
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	15

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	16
10.2 - Resultado operacional e financeiro	42
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	46
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	47
10.5 - Políticas contábeis críticas	48
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	55
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	56
10.8 - Plano de Negócios	57
10.9 - Outros fatores com influência relevante	61

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### (a) política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de agosto de 2020 ("Política de Gerenciamento de Riscos"). A Política de Gerenciamento de Riscos encontra-se disponível para consulta em nosso website ([www.compassbr.com](http://www.compassbr.com)) e no website da CVM ([cvm.gov.br](http://cvm.gov.br)).

### (b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

#### (i) riscos para os quais se busca proteção

A Política de Gerenciamento de Riscos tem como objetivo estabelecer as diretrizes, conceitos e responsabilidades da Gestão de Riscos e orientar sobre o funcionamento das etapas de identificação, avaliação e monitoramento dos riscos inerentes às nossas atividades, por meio do mapeamento e avaliação de riscos, identificação de oportunidades e apoiando o negócio no atingimento dos objetivos.

A Companhia busca proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa, de forma negativa, impactar o atingimento dos objetivos traçados pela alta administração. As principais naturezas dos riscos são destacadas abaixo:

Riscos Estratégicos estão associadas à tomada de decisão da alta administração e podem gerar perda substancial no valor econômico da organização.

Riscos Operacionais estão associados à possibilidade de ocorrência de perdas (de produção, ativos, clientes, receitas) resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, assim como de eventos externos como catástrofes naturais, fraudes, greves e atos terroristas. Os riscos operacionais geralmente acarretam redução, degradação ou interrupção, total ou parcial, das atividades, com impacto negativo na nossa reputação, além da potencial geração de passivos contratuais, regulatórios e ambientais.

Riscos Financeiros são aqueles associados à exposição das operações financeiras da organização, segregados em:

- Câmbio: associado à volatilidade do mercado e pode nos afetar quando tiver ativos ou passivos atrelados à moeda estrangeira.
- Juros: também associado à volatilidade do mercado. Podemos, eventualmente, contratar dívidas e derivativos indexados a taxas de juros fixos ou flutuantes, porém, alterações na percepção de risco dos agentes do mercado podem gerar volatilidade nas curvas de juros e, desta forma, aumentar as nossas despesas financeiras.
- Liquidez: situação em que encontramos dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com nossos passivos financeiros.
- Crédito: associado às contrapartes que podem, eventualmente, deixar de honrar seus compromissos e obrigações.

Riscos de Conformidade (Compliance) aqueles associados à exposição a não cumprimento de leis e regulamentos emitidos pelos governos centrais e locais assim como regulamentos emitidos por entidades reguladoras ou mesmo de natureza interna. Estão associados à prevenção de lavagem de dinheiro, integridade, entre outros.

#### (ii) instrumentos utilizados para proteção

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Mantemos estruturas dedicadas à gestão dos riscos operacionais e estratégicos, como área de Controles Internos, Gestão de Riscos, SSM (Saúde, Segurança e Meio Ambiente), e as utilizamos como instrumento para proteção. Tais áreas operam concomitantemente a sistemas operacionais sofisticados com recursos de segurança específicos, tais como bloqueio de acessos a sistemas chave, parametrizações pré-determinadas de segregação de função na execução das atividades, log de atividades dentro do sistema, entre outros que buscam a mitigação desses riscos.

A atuação em conjunto das áreas mencionadas acima, permite à Companhia ter uma visão integrada dos riscos e controles, podendo fazer uma melhor avaliação das ações adotadas no tratamento ao risco.

Para definição das tratativas, a avaliação dos riscos é feita de forma conjunta, envolvendo tanto as áreas mencionadas, como também a Diretoria responsável pelo processo em que o risco foi identificado, avaliando o grau de impacto versus probabilidade de ocorrência para cada risco identificado, para então definir-se o melhor instrumento de proteção, que pode ser:

(i) **evitar**: quando se elimina o fato gerador do risco, por exemplo, descontinuando determinado processo ou saindo de mercado específico.

(ii) **reduzir**: quando são aplicáveis os controles internos (ex. aprovação, revisão, segregação de funções, reconciliação, perfis de acesso etc.) para que o dano potencial do risco seja substancialmente reduzido.

(iii) **compartilhar**: quando o risco é dividido com uma contraparte externa à nossa. Exemplos de compartilhamento de riscos são as operações de hedge (moeda estrangeira, preços, juros) e apólices de seguro.

(iv) **aceitar**: quando o impacto versus probabilidade do risco é considerado irrelevante, toma-se a decisão de aceitar o risco, pois o custo da ação de controle seria maior do que o próprio risco potencial envolvido.

No âmbito de Riscos Financeiros há instrumentos específicos de proteção classificados abaixo:

Tipo de Risco	Instrumento de Proteção
<b>Câmbio</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Non Deliverable Forward (NDF)</i></li> <li>• <i>Swap</i></li> <li>• Contrato Futuro de Câmbio</li> <li>• Contrato de Câmbio</li> <li>• Contrato de Opções de Compra e/ou Venda de Moeda Estrangeira</li> <li>• Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Estrangeira</li> </ul>
<b>Juros</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Swap</i></li> <li>• Contrato Futuro de Taxa de Juros</li> </ul>
<b>Liquidez</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Caixa e Equivalentes de Caixa aplicados em títulos de renda fixa de curto prazo</li> <li>• Contratação de limites para saque (<i>Standby Credit Facility</i> e Conta Garantida)</li> </ul>

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

<b>Crédito</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Caixa e Equivalentes de Caixa aplicados em títulos públicos e instituições financeiras consideradas <i>investment grade</i> em escala nacional pelas agências de rating Standard &amp; Poors, Fitch e Moody's</li> <li>• Contratos de Derivativos negociados com instituições financeiras consideradas <i>investment grade</i> em escala nacional pelas agências de rating Standard &amp; Poors, Fitch e Moody's</li> </ul>
----------------	--

Todos os riscos mapeados e suas tratativas são levados para discussão e conhecimento do Comitê de Auditoria, o qual é composto tanto por membros da Companhia como por membros independentes. Diante da diversidade do ambiente onde a Companhia gere seus negócios, não há o que se falar em instrumento único ou de exclusiva utilidade para todos os riscos que estamos expostos.

Cada risco mapeado recebe tratamento específico, determinado pelas áreas operacionais em conjunto com as áreas dedicadas e com a administração da Companhia.

### (iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O Conselho de Administração, seus órgãos de assessoramento e a Diretoria da Companhia fazem o acompanhamento dos negócios e condutas, desempenhando funções relativas ao gerenciamento de riscos de acordo com as suas funções.

Têm destaque as seguintes funções exercidas pelo Conselho de Administração, conforme Estatuto Social da Companhia: (i) nomear, dar posse, destituir, aceitar renúncia e substituir membros do Comitê de Auditoria observadas as disposições da regulamentação em vigor; (ii) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, bem como fixar o orçamento anual ou por projeto destinados a cobrir as despesas para o funcionamento do Comitê de Auditoria, incluindo custos com contratação de prestadores de serviços e consultores externos; (iii) examinar e aprovar o regimento interno, bem como as regras operacionais, em gênero, para funcionamento do Comitê de Auditoria; (iv) reunir-se sempre que julgar necessário, com o Comitê de Auditoria; (v) examinar e avaliar os relatórios anuais do Comitê de Auditoria; e (vi) aprovar e revisar o Código de Conduta e as políticas da Companhia, inclusive a Política de Gerenciamento de Riscos.

No âmbito do gerenciamento de riscos, destaque-se a atuação do Comitê de Auditoria, cujas funções são descritas a seguir: (i) opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço; (ii) supervisionar as atividades: (ii.1.) dos auditores independentes, a fim de avaliar: (ii.1.1) a sua independência; (ii.1.2.) a qualidade dos serviços prestados; e (ii.1.3.) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (ii.2.) da área de controles internos da Companhia; (ii.3.) da área de auditoria interna da Companhia; e (ii.4.) da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; (iii) monitorar a qualidade e integridade: (iii.1.) dos mecanismos de controles internos; (iii.2.) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; e (iii.3.) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (iv.1.) a remuneração da administração; (iv.2.) a utilização de ativos da Companhia; e (iv.3.) as despesas incorridas em nome da Companhia; (v) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações; (vi) elaborar relatório semestral, se necessário, e, obrigatoriamente, relatório anual resumido, este a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (vi.1.) suas atividades, incluindo a indicação das reuniões realizadas e dos principais assuntos discutidos, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (vi.2.) quaisquer situações nas quais exista

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

divergência significativa entre a administração da companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia; (vii) avaliar, monitorar e recomendar ao conselho de administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo política de transações entre partes relacionadas; e (viii) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador da confidencialidade da informação. O Comitê de Auditoria da Companhia possui regimento interno próprio.

A área de Auditoria Interna e Gestão de Riscos da Companhia, subordinada ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração, entre outras atribuições, tem a responsabilidade de: (i) implantar e gerir o Canal de Ética e investigações de fraudes; (ii) criar e executar Plano de Auditoria Interna com foco em controles internos, adequação às leis e políticas internas; (iii) executar procedimentos de avaliação da eficácia dos controles internos; (iv) mapear os riscos inerentes ao negócio; e (v) reportar tempestivamente à administração os resultados da gestão de riscos.

A área de Controles Internos, subordinada à Diretoria Financeira, tem como responsabilidade, entre outras atribuições: (i) criar controles e realizar testes para garantir a adequação à SOX, Lei Anticorrupção e FCPA; (ii) revisar e publicar as políticas e procedimentos; (iii) disseminar a cultura de controles internos; (iv) realizar follow up de planos de ação dos relatórios de Auditoria Interna; (v) atuar como mentores de controles e auxiliar na implantação/correção de processos; (vi) controle e aprovação de perfis de acesso SAP-GRC; e (vii) auxiliar na implantação de planos de ação.

### **(c) adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos**

O Comitê de Auditoria da Companhia desempenha a função de verificar a adequação da estrutura operacional e dos controles internos de forma a garantir a efetividade da política de gerenciamento de risco. Destaque-se, nesse sentido, que o Comitê de Auditoria e a Companhia entendem que sua estrutura operacional de controle interno está adequada.

.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****(a) política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado**

A Companhia não adota uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado. No entanto, adota uma Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada em 28 de agosto de 2020 pelo Conselho de Administração e descrita no item 5.1 deste Formulário de Referência, a qual traz o processo de gerenciamento de riscos de uma maneira geral. A Companhia entende que a correta identificação e gestão de riscos é um importante vetor de governança, e que a Política de Gerenciamento de Riscos é suficiente para a devida avaliação e monitoramento da totalidade dos riscos a que está sujeita, incluindo dos riscos de mercado a serem avaliados e monitorados.

A Política de Gerenciamento de Riscos pode ser acessada no website da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e no website da Companhia (<https://www.compassbr.com/>).

**(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado**

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado.

**(i) riscos de mercado para os quais se busca proteção**

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado.

**(ii) estratégia de proteção patrimonial (hedge)**

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado.

**(iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)**

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado.

**(iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado.

**(v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)**

A Companhia opera instrumentos de derivativos de taxa de juros e câmbio para fins de proteção patrimonial.

**(vi) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos**

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

### **(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### **(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

A Companhia possui em sua estrutura organizacional as áreas de Auditoria Interna, de Controles Internos, de Gestão de Riscos e Compliance que, dentre outras atribuições, são responsáveis pelo estabelecimento, pela manutenção e pela avaliação da eficácia de controles relacionados ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras.

Em seu escopo funcional, as áreas supracitadas têm como principais atividades: (a) implantar e gerir o Canal de Ética e investigações de fraudes; (b) criar e executar Plano de Auditoria Interna com foco em controles internos, adequação às leis e políticas internas; (c) realizar acompanhamento dos planos de ação dos relatórios de Auditoria Interna; (d) identificar economias e redução de custos; (e) criar controles e realizar testes para garantir a adequação às exigências de Controles Internos, Lei Anticorrupção e FCPA; (f) revisar e publicar as políticas e procedimentos; (g) disseminar a cultura de controles internos; (h) atuar como mentores de controles e auxiliar na implantação/correção de processos; (i) controle e aprovação de perfis de acesso ao sistema SAP; (j) mapear os riscos inerentes ao negócio; (k) auxiliar na implantação de planos de ação; e (l) reportar tempestivamente à administração os resultados da gestão de riscos.

Os controles referentes à preparação e divulgação das demonstrações financeiras são executados sob a supervisão dos Diretores e sob a responsabilidade do Presidente e do Diretor Financeiro da Companhia, para fornecer segurança razoável quanto à confiabilidade do processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB.

A administração da Companhia é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros, conforme definido pela regra 13a15(f) sob a Lei de Valores Mobiliários da SEC de 1934, o "*Securities Act of 1934*". Para avaliar a eficiência dos controles internos de preparação e divulgação das demonstrações financeiras, a administração realizou uma avaliação de riscos e processos, incluindo testes de controles, utilizando os critérios estabelecidos na estrutura integrada, Internal Control Integrated Framework emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* ("COSO") – 2013. Com base nesses critérios, certas deficiências significativas, descritas na seção "5.3.d", foram identificadas e nossa Administração concluiu que nossos controles internos sobre demonstrações financeiros não foram efetivos em 31 de dezembro de 2021. Entretanto, essas deficiências não comprometeram as demonstrações financeiras deste exercício que refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS. As providências tomadas para remediar as deficiências significativas estão descritas na seção "5.3.e".

O sistema de controle interno da Companhia foi elaborado para garantir de forma razoável e em todos os aspectos relevantes a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme princípios contábeis geralmente aceitos.

Devido às limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros. Além disso, as projeções sobre qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles podem se tornar inadequados devido a mudanças nas condições existentes.

A Companhia possui um Comitê de Auditoria responsável por assessorar a administração sobre a seleção do auditor independente, revisar o escopo de auditoria, validar outros serviços permitidos prestados por nosso auditor independente e avaliar nossos controles internos de forma constante.

### **(b) estruturas organizacionais envolvidas**



## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A Diretoria Financeira – principal área responsável pelas demonstrações financeiras e que se reporta diretamente para a Presidência da Companhia – conta com o suporte da Diretoria de Transações Financeiras do Centro de Serviços Compartilhados (CSC) para elaboração das demonstrações financeiras, garantindo a adoção das boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis.

O Comitê de Auditoria, por sua vez, tem a função de (i) opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço; (ii) supervisionar as atividades: (ii.1.) dos auditores independentes, a fim de avaliar: (ii.1.1) a sua independência; (ii.1.2.) a qualidade dos serviços prestados; e (ii.1.3.) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (ii.2.) da área de controles internos da Companhia; (ii.3.) da área de auditoria interna da Companhia; e (ii.4.) da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; (iii) monitorar a qualidade e integridade: (iii.1.) dos mecanismos de controles internos; (iii.2.) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; e (iii.3.) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (iv.1.) a remuneração da administração; (iv.2.) a utilização de ativos da Companhia; e (iv.3.) as despesas incorridas em nome da Companhia; (v) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações; (vi) elaborar relatório semestral, se necessário, e, obrigatoriamente, relatório anual resumido, este a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (vi.1.) suas atividades, incluindo a indicação das reuniões realizadas e dos principais assuntos discutidos, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (vi.2.) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia; (vii) avaliar, monitorar e recomendar ao Conselho de Administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo política de transações entre partes relacionadas; e (viii) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador da confidencialidade da informação.

O Conselho de Administração deve manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria e demonstrações financeiras anuais e/ou intermediárias e propor a destinação do lucro líquido de cada exercício, além de elaborar o relatório e as demonstrações financeiras de cada exercício.

### **(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

O resultado de todos os trabalhos do plano de auditoria interna previstos no exercício é reportado por meio de relatório ao Comitê de Auditoria da Companhia submetido ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente da Companhia, aos Diretores e aos Gerentes envolvidos.

Todas as deficiências possuem plano de ação, responsável e data de implantação, que são acompanhadas em bases mensais pela área de Auditoria Interna e Controles Internos. Adicionalmente, qualquer exceção observada nas atividades que possam impactar as demonstrações financeiras é reportada tempestivamente para adoção das ações corretivas, em linha com as práticas recomendadas pelo *Internal Control Integrated Framework* emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (“COSO”) – 2013.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### **(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

O auditor externo independente avaliou a estrutura de controle interno da Companhia utilizada na preparação de demonstrações financeiras ("controle interno") no intuito de determinar a natureza e extensão dos procedimentos de auditoria necessários para emitir o seu relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia da estrutura de controle interno da Companhia.

Conceitualmente, uma deficiência de controle existe quando o desenho ou operação do controle não permite que a Administração ou seus funcionários, no curso normal do desempenho de suas funções, sejam capazes de prevenir ou detectar erros tempestivamente. Já uma deficiência significativa de controle interno é uma deficiência ou a combinação de deficiências de controle interno que é julgada de importância suficiente para merecer a atenção dos responsáveis pela governança, conforme definido pela NBC TA 265.

Como resultado da avaliação do auditor independente foram reportadas certas deficiências de controle, que, ao serem agregadas, foram avaliadas como deficiências significativas, e estão relacionadas a deficiências:

i) na execução de determinados controles de tecnologia da informação (ITGCs) sobre a gestão de acessos aos sistemas da Companhia e de suas subsidiárias e ao monitoramento de operações de TI que também impactaram a efetividade de controles automatizados e manuais dependentes de TI no processo de receita, incluindo receita não faturada; e ii) no desenho e na operação de determinados controles do processo de ativo intangível.

Essas deficiências significativas foram apresentadas pelo nosso auditor independente ao nosso Comitê de Auditoria.

### **(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

A Administração discutiu todas as deficiências com o auditor independente, apontadas como significativas ou não, e concluiu que estas deficiências não afetaram de forma relevante as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Ainda assim, como responsável pela manutenção de uma estrutura de controles sobre a elaboração de demonstrações financeiras, a Diretoria entende que seus processos e controles precisam ser eficazes e, neste sentido, está comprometida em implementar os planos de ação desenhados para mitigar os riscos de potenciais erros futuros nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Para isso irá contratar uma empresa de consultoria para auxiliar no desenho e implementação do plano de remediação e, além disso, a controladora instituiu um Comitê para coordenar este processo a nível grupo.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

**a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

**i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

A Companhia adota mecanismos e procedimentos internos de integridade para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a Administração Pública, que incluem o nosso Código de Conduta e Políticas Anticorrupção, Partes Relacionadas e Conflito de Interesses, Oferta e Recebimento de Brindes, Antitruste, Doações e Patrocínios, Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Relacionamento com Órgãos Públicos e Medidas Disciplinares.

O documento corporativo que reúne as principais normas e os procedimentos afeitos ao tema é o Código de Conduta, divulgado no site da Companhia (<https://www.compassbr.com/sobre-a-compass-gas-e-energia/estatuto-politicas-e-codigo-de-conduta/>).

O nosso Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração no dia 31 de agosto de 2020. O Código reflete os valores que norteiam os relacionamentos da Companhia com seus colaboradores, parceiros comerciais, fornecedores, clientes, acionistas e a comunidade em geral.

Possuímos um sistema de controles internos para monitorar nossos processos operacionais e financeiros, inclusive aqueles relacionados à gestão de riscos e de conformidade (compliance), que entendemos adequado ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo.

As Políticas são revisadas quando há efetiva necessidade, diante de adoção de novas medidas ou complementação das já existentes.

Os riscos são avaliados, no máximo, anualmente, ou quando há efetiva necessidade de revisão em periodicidade menor.

**ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

A estrutura organizacional é composta pelo Comitê de Ética que tem como finalidade criar um report sequenciado ao Comitê de Auditoria, no intuito de dar maior visibilidade ao Conselho de Administração da Companhia, acerca dos relatos de alta criticidade que versem sobre supostas infrações éticas e/ou atos de corrupção, fraudes e desvios.

As apurações de denúncias relacionadas a questões de ética e conduta são lideradas, de forma conjunta, pelas áreas de Compliance Jurídico Corporativo e Auditoria Interna, subordinadas ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração.

Para auxiliar os reportes, a Companhia também utiliza as áreas de (i) Controles Internos, (ii) Auditoria Interna e (iii) Compliance, que têm as funções abaixo definidas:

### **Controles Internos:**

- Elaborar, revisar e divulgar limites de autoridade, políticas e procedimentos;
- Garantir acessos adequados aos sistemas corporativos e alçadas de aprovação;

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- Desenhar e implantar os controles necessários para adequada mitigação dos riscos dos negócios;
- Realizar testes periódicos de controles para garantir a sua efetividade frente aos riscos mapeados;
- Prover informações e treinamentos de controles internos necessários para disseminação da cultura de governança.

### **Auditoria Interna:**

- Realizar avaliação geral de riscos e elaborar Plano Anual de Auditoria com base na criticidade dos processos;
- Avaliar a performance dos processos e controles internos por meio da execução do Plano Anual de Auditoria;
- Realizar follow-up das recomendações de auditoria para assegurar a implantação e aprimoramento do ambiente de controles;
- Conduzir o processo de avaliação interna e acompanhar a avaliação da auditoria externa dos controles SOX;
- Realizar gestão e investigação dos relatos recebidos no Canal de Ética para apuração dos fatos e adoção das tratativas necessárias;
- Reportar ao Comitê de Auditoria os resultados dos trabalhos e assuntos relevantes do período.

### **Compliance Jurídico Corporativo:**

- Aprovar as diretrizes e ações do Programa Anticorrupção do Grupo Cosan;
- Atuar nas questões relativas a Compliance relacionados ao programa anticorrupção.

Além disso, nosso Comitê Estratégico, Socioambiental e de Governança é responsável por, entre outras atribuições, zelar pela (i) adoção e aprimoramento de boas práticas de conformidade e integridade pela Companhia; (ii) pela efetividade e conformidade das políticas e documentos normativos da Companhia às exigências legais e regulatórias de seus negócios e atividades; e (iii) pela promoção da transparência na gestão dos nossos negócios, alinhada com aspectos Ambientais, Sociais e de Governança.

Entendemos que nossos mecanismos e procedimentos internos de integridade são eficientes e adequados ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes de governo.

### **iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando**

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta que reúne os valores empresariais, práticas, procedimentos, princípios-chave e normas de conduta relacionadas a decisões éticas, é aplicável a conselheiros, diretores, colaboradores (próprios, terceirizados, estagiários ou temporários, independentemente de cargo ou posição), clientes, fornecedores, acionistas e parceiros da Companhia. Dessa forma, todos os colaboradores das sociedades integrantes da Compass, independentemente de hierarquia, são responsáveis por criar e incentivar a cultura de realização de negócios pautados na ética.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

A Companhia fornece periodicamente treinamentos a todos os colaboradores, presenciais ou online, a respeito das principais práticas a serem observadas por todos e a necessidade de cumprimento do disposto no Código de Conduta.

Adicionalmente, a Companhia realizou no ano de 2020 um treinamento com o tema “Código de Conduta” e “Políticas Anticorrupção”, com adesão de 100% dos colaboradores e no ano de 2021, uma palestra com um consultor externo com o tema “Interação com Órgãos/Agentes Públicos” focado para a Alta Administração.

**• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O não cumprimento do Código de Conduta ou das Políticas Anticorrupção poderá sujeitar o infrator à aplicação de sanções cabíveis, determinadas de acordo com a gravidade da conduta praticada pelo colaborador. As sanções estão previstas na Política de Medidas Disciplinares, e incluem: advertência verbal, advertência por escrito, suspensão, demissão sem justa causa ou demissão com justa causa.

Caso as violações praticadas configurem crime, as autoridades competentes podem ser comunicadas, sem prejuízo das demais previsões acima descritas.

**• órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A atual versão do Código de Conduta foi formalmente aprovada em reunião do Conselho de Administração, realizada em 31 de agosto de 2020, e pode ser consultado no nosso website [www.compassbr.com](http://www.compassbr.com), bem como no website da CVM ([cvm.gov.br](http://cvm.gov.br)).

**b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

**• se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Canal de Ética, como é denominado na Cosan e estendido à Compass, é gerido por uma empresa terceirizada contratada com a finalidade de garantir a idoneidade de todo o processo pelo qual é responsável.

O Canal de Ética é uma importante ferramenta de comunicação para dúvidas, relatos de preocupação a respeito de condutas empresariais ilegais ou antiéticas, denúncias relativas a condutas inadequadas, discriminação, prática contábil questionável, violação a controles internos, auditoria, leis ou ao nosso Código.

**• se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Canal de Ética pode ser acessado tanto por colaboradores quanto por terceiros, por meio do link: [canaldeetica.com.br/cosan](http://canaldeetica.com.br/cosan) e pelo telefone: 0800-725-0039.

**• se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

O Canal de Ética é gerido por uma empresa terceirizada, reconhecida internacionalmente, que garante o anonimato do denunciante e sigilo dos relatos. Os relatos são classificados e encaminhados à Companhia para o devido tratamento, com a utilização de sistemas e procedimentos de controles que asseguram o sigilo e a confidencialidade da denúncia. Conforme expressamente instituído no item VI do nosso Código de Conduta, a Companhia não tolera nenhum tipo de retaliação contra qualquer pessoa, interna ou externa, que comunique de boa-fé uma violação ou suspeita de violação de qualquer norma jurídica ou do Código de Conduta.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

### • órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

Nossas áreas de Compliance Jurídico Corporativo e Auditoria Interna Corporativa são responsáveis pela apuração de relatos recebidos e condução de investigações internas, sendo que, quando necessário, poderão ser envolvidos terceiros (empresas forenses, escritórios de advocacia, entre outros) para assessorar a apuração. O resultado das investigações será reportado ao Comitê de Ética que, dentre outras atribuições, é responsável por recomendar a aplicação das medidas disciplinares cabíveis referentes aos desvios de conduta. A apuração de denúncias de infrações cometidas por administradores será realizada pelo Conselho de Administração, que deverá adotar as medidas cabíveis.

### **c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

Em processos de fusão, aquisição e reestruturação societária a Companhia adota procedimentos de diligência prévia à concretização da operação como mecanismo para identificar potenciais vulnerabilidades e riscos de responsabilidade em termos de legislação anticorrupção e/ou outras violações legais.

### **d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não se aplica, tendo em vista que adotamos regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública que entendemos adequadas ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

**5.5 – Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos**

Não houve, em relação ao último exercício social, alterações significativas nos principais riscos aos quais a Companhia está exposta, porém, foram incluídos novos riscos que envolvem a Guerra entre a Rússia e Ucrânia, que pode ter um efeito adverso relevante sobre a economia global e brasileira, bem como sobre nossa empresa.

Não há expectativa de mudanças significativas (redução ou aumento) com relação à exposição da Companhia aos riscos mencionados no item 4.1 deste Formulário de Referência, com a exceção do risco de disseminação de doenças, uma vez que novas medidas são tomadas tempestivamente de acordo com a evolução dos casos, desta forma a expectativa da Companhia é que haverá uma redução na exposição.

Quanto ao conflito entre Rússia e Ucrânia, a exposição e efeitos adversos estão descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência, além disso, estão sendo adotadas medidas para mitigação das exposições mencionadas.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**

Não há outras informações relevantes em relação a esta Seção 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os diretores da Companhia apresentam, neste item 10 do Formulário de Referência, informações que visam a permitir aos investidores e ao mercado em geral analisar a nossa situação pela perspectiva da Administração. Abaixo discorrem, dentre outros aspectos, sobre fatos, tendências, compromissos ou eventos importantes que, impactam ou poderiam impactar as nossas condições financeiras e patrimoniais.

As análises para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram construídas com base em demonstrações financeiras combinadas carve-out (“Demonstrações Financeiras Combinadas Carve-out”), que compreendem: (i) ativos, passivos e resultados reportados pela Companhia de Gás de São Paulo – COMGÁS (“Comgás”); (ii) balanços históricos carved-out do direito de concessão da Comgás realizado pela Cosan S.A.; e (iii) ativos, passivos e resultados reportados pela entidade legal Compass Gás e Energia S.A. e suas controladas. Apresentamos estas demonstrações financeiras combinadas carve-out visando a demonstrar a informação que melhor reflete a geração operacional bruta de caixa em nossas atividades e o total dos ativos.

Os termos “AH” e “AV” nas colunas de determinadas tabelas no item 10 deste formulário de referência significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica, em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

Esclarecimentos adicionais a respeito dos impactos da pandemia da COVID-19 em nossas atividades e, consequentemente, em nossas demonstrações financeiras, estão detalhados no item 10.9 deste Formulário de Referência.

### a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Tendo como finalidade (i) deter participações societárias e outros valores mobiliários em outras sociedades, formar joint ventures, parcerias e empreendimentos, direta ou indiretamente, no País ou no exterior, em empresas do setor de (a) pesquisa, exploração, produção, aquisição, armazenamento, transporte, transmissão, distribuição e a comercialização de gás combustível ou de subprodutos e derivados, de produção própria ou não, (b) transporte por duto, processamento e escoamento de gás, (c) comércio de produtos derivados de petróleo, (d) aquisição, montagem, fabricação, venda, intermediação, instalação, manutenção, assistência técnica e prestação de quaisquer outros serviços, diretamente ou através de terceiros, relativos ao fornecimento de aparelhos, equipamentos, componentes e sistemas para aquecimento ou refrigeração, geração de energia, cocção e quaisquer outros equipamentos e produtos de energia, (e) produção de vapor, água quente, água gelada/refrigeração (energia térmica) e energia elétrica através de termo geração, geração distribuída, co-geração ou qualquer outro processo ou tecnologia, a partir de quaisquer fontes energéticas, diretamente ou através de terceiros, e (f) demais atividades relacionadas; e (ii) a importação e a exportação de mercadorias.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Neste contexto, o quadro abaixo apresenta o resumo das participações detidas por nós:

<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021</b>			
<b>Empresas</b>	<b>% de participação no capital votante</b>	<b>Natureza do Relacionamento</b>	<b>Método de Avaliação</b>
Companhia de Gás de São Paulo S.A. – Comgás	99,15	Controlada	Consolidação <sup>1</sup>
Compass Comercialização S.A.	100,00	Controlada	Consolidação
TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A.	100,00	Controlada	Consolidação
Rota 4 Participações S.A.	100,00	Controlada	Consolidação
Compass Energia Ltda.	100,00	Controlada	Consolidação
Compass Um Participações Ltda.	100,00	Controlada	Consolidação
Edge - Empresa de Geração de Energia S.A.	100,00	Controlada	Consolidação
Edge II - Empresa de Geração de Energia S.A.	100,00	Controlada	Consolidação

<sup>1</sup>A contribuição da Comgás para a Companhia ocorreu em janeiro de 2020, porém para fins de informações combinadas carve-out apresentamos a Comgás no quadro com a respectiva participação societária.

Entendemos que nossas condições financeiras e patrimoniais são suficientes para implementar nosso plano de negócios e cumprir com nossas obrigações de curto e médio prazo. Nossa geração de caixa, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de nossas atividades e cobrir nossa necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

A tabela abaixo apresenta as principais linhas do balanço patrimonial, utilizadas para o cálculo dos indicadores apresentados na sequência:

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

	DFs Combinadas carve-out dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de	Período de 12 meses encerrado em 31 de dezembro de	
(R\$ mil)	2019	2020	2021
<b>Ativo</b>	<b>12.039.102</b>	<b>15.027.676</b>	<b>19.982.609</b>
Circulante	2.792.169	4.981.507	7.880.970
Não Circulante	9.246.933	10.046.169	12.101.639
<b>Passivo</b>	<b>9.154.199</b>	<b>11.681.752</b>	<b>13.609.496</b>
Circulante	2.810.509	4.087.148	5.073.494
Não Circulante	6.343.690	7.594.604	8.536.002
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>2.884.903</b>	<b>3.345.924</b>	<b>6.373.113</b>
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>12.039.102</b>	<b>15.027.676</b>	<b>19.982.609</b>

O ativo circulante é formado principalmente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros tributos a recuperar. Já o passivo circulante, é constituído em especial por fornecedores, empréstimos e financiamentos e outros tributos a pagar.

Abaixo, apresentamos os índices de endividamento e de liquidez e os resultados encontrados sustentam a confiança da administração na solidez patrimonial da Companhia:

Índices	Fórmula	DFs Combinadas carve-out dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de	Período de 12 meses encerrado em 31 de dezembro de	
		2019	2020	2021
Endividamento Total (ET)	$ET = (\text{Passivo Total} / \text{Ativo Total}) * 100$	76,0	77,7	68,1
Endividamento de Curto Prazo (ECP)	$ECP = (\text{Passivo Circulante} / \text{Ativo Total}) * 100$	23,3	27,2	25,4
Liquidez Geral (LG)	$LG = ((\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / \text{Passivo Total}) * 100$	34,3	47,4	75,8
Liquidez Corrente (LC)	$LC = (\text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}) * 100$	99,3	121,9	155,3

Os índices de endividamento total e de curto prazo são índices de estrutura patrimonial e indicam a participação de recursos de terceiros (passivo) no financiamento das aplicações totais realizadas pela empresa (ativo total).

As informações financeiras patrimoniais combinadas carve-out da Companhia, com base na avaliação dos diretores da Companhia, demonstram um adequado nível de endividamento, não havendo concentração no curto prazo e disponibilidade de caixa.

Os resultados da liquidez geral e corrente da Companhia demonstram situação, com base na avaliação dos diretores da Companhia, confortável diante da expectativa de manutenção da dinâmica operacional dos negócios.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 27 de dezembro de 2019, a Comgás reduziu capital social no valor de R\$1.500.000 e realizou o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$2.000.000. Esta redução representou uma saída de caixa que influenciou nas métricas de endividamento e de liquidez, afetando negativamente os índices do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 das demonstrações financeiras combinadas carve-out.

### b. estrutura de capital

Os setores de atuação da Companhia, especial a área de infraestrutura e distribuição de gás canalizado, requerem uso intensivo de capital. A Companhia realiza frequentemente captações por meio do mercado financeiro e de capitais para financiar suas estratégias de crescimento e a condução de suas operações.

Na tabela seguinte apresentamos a composição da estrutura de capital da Companhia entre capital próprio e de terceiros:

	DFs Combinadas carve-out dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de		Período de 12 meses encerrado em 31 de dezembro de			
(R\$ mil)	2019	AV	2020	AV	2021	AV
Passivo	9.154.199	76,04%	11.681.752	77,73%	13.609.496	68,11%
Patrimônio Líquido	2.884.903	23,96%	3.345.924	22,27%	6.373.113	31,89%
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>12.039.102</b>	<b>100%</b>	<b>15.027.676</b>	<b>100%</b>	<b>19.982.609</b>	<b>100%</b>

Em 31 de dezembro de 2019 a estrutura de capital da Companhia era composta de 76,04% por passivos, do qual se destacam empréstimos, financiamentos e debêntures, fornecedores e imposto de renda e contribuição social diferidos, e 23,96% por patrimônio líquido e investimento da controladora.

Em 31 de dezembro de 2020 a estrutura de capital da Companhia era composta de 77,73% por passivos, do qual se destacam empréstimos, financiamentos e debêntures fornecedores e imposto de renda e contribuição social diferidos, e 22,27% por patrimônio líquido e investimento da controladora.

Em 31 de dezembro de 2021 a estrutura de capital da Companhia era composta de 68,11% por passivos, do qual se destacam empréstimos, financiamentos e debêntures fornecedores e imposto de renda e contribuição social diferidos, e 31,90% por patrimônio líquido e investimento da controladora.

Nossa Administração entende que a Companhia possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo.

### c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os índices de liquidez geral e de liquidez corrente da Companhia em 31 de dezembro de 2021 eram de 75,8 e 155,3, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía aproximadamente R\$ 7.419,3 milhões de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures tomados.

A Administração da Companhia informa que avaliou a habilidade da empresa operar normalmente, considerando o perfil de endividamento da Companhia, composto por dívidas bancárias e financiamentos, o fluxo de caixa e as respectivas posições de liquidez da Companhia, está convencida de que a Companhia possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

valores a serem pagos nos próximos anos para dar continuidade aos seus negócios, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar os investimentos de ampliação da rede e aquisições, a Administração acredita que a Companhia possui capacidade financeira para honrá-los.

### **d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas**

Nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, as principais fontes de financiamento da Companhia e suas controladas foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos (bancos de primeira linha no Brasil e no exterior); (iii) linhas de financiamento do BNDES; (iv) operações de renda fixa no mercado de capitais local; (v) aumento de capital por meio da subscrição de novas ações em operações no mercado de capitais local. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia e suas controladas principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operações referentes às suas atividades e negócios, e (ii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia e suas controladas são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

Para maiores informações veja o item 10(f).(i) deste Formulário de Referência, no qual estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia de acordo com as suas respectivas características.

### **e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:**

Na data deste Formulário de Referência, não vislumbramos necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor.

Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende manter sua estratégia de financiamento com: (i) contratação de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras; e (ii) captação de recursos, por meio de instrumentos de dívida ou emissão de ações, no mercado de capitais.

### **f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, tais como:**

*i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes;*

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía um endividamento bancário bruto (empréstimos e financiamentos e debêntures corrente e não corrente) de R\$ 7.668,0 milhões, dos quais R\$ 2.289,0 milhões, ou 29,9%, eram representados por dívidas de curto prazo. O endividamento bancário da Companhia aumentou R\$ 624,0 milhões, 8,9% entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021, principalmente em decorrência de emissões realizadas durante o ano de 2021.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía um endividamento bancário bruto (empréstimos e financiamentos e debêntures corrente e não corrente) de R\$ 7.043,9 milhões, dos quais R\$ 1.787,5 milhões, ou 25,4%, eram representados por dívidas de curto prazo. O endividamento bancário da Companhia aumentou R\$ 1.799,0 milhões, 34,3% entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, principalmente em decorrência de emissões realizadas durante o ano de 2020 que visaram reforçar a liquidez da companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía um endividamento bancário bruto (empréstimos e financiamentos e debêntures) de R\$5.244,9 milhões, dos quais R\$908,5 milhões, ou 17,3%, eram representados por dívida de curto prazo. O endividamento bancário da Companhia aumentou R\$1.593,4 milhões, ou 43,6%, entre 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019, principalmente devido ao novo contrato com o BNDES no valor de R\$ 2 bilhões assinado em dezembro de 2019.

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2021:

<b>Encargos financeiros</b>					
<b>Descrição</b>	<b>Indexador</b>	<b>Taxa anual de juros <sup>(i)</sup></b>	<b>31/12/2021</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Objetivo</b>
<b>Com garantia BNDES</b>					
Projetos VI e VII	IPCA + 4,10%	14,53%	154.843	abr-29	Investimentos
Projetos VIII	IPCA + 3,25%	13,60%	945.663	abr-29	Investimentos
			<b>1.100.506</b>		
<b>Sem garantia Resolução 4131</b>					
Scotiabank 2018	USD + 3,67%	3,67%	438.823	mai-23	Capital de giro
Scotiabank 2020	USD + 1,36%	1,36%	414.378	fev-24	Capital de giro
<b>Debêntures</b>					
4ª emissão - 2ª série	IPCA + 7,48%	18,25%	165.478	dez-22	Investimentos
4ª emissão - 3ª série	IPCA + 7,36%	18,12%	108.451	dez-25	Investimentos
5ª emissão - série única	IPCA + 5,87%	16,48%	873.474	dez-23	Investimentos
6ª emissão - série única	IPCA + 4,33%	14,79%	501.278	out-24	Investimentos
7ª emissão - série única	IGPM + 6,10%	12,11%	352.235	mai-28	Capital de giro
8ª emissão - série única	CDI + 0,50%	9,70%	2.033.161	out-22	Capital de giro
9ª emissão - 1ª série	IPCA + 5,12%	15,66%	484.974	ago-31	Investimentos
9ª emissão - 2ª série	IPCA + 5,22%	15,77%	477.578	ago-36	Investimentos
1ª emissão	CDI + 1,95%	11,28%	717.651	ago-24	Investimentos
			<b>6.567.481</b>		

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<b>Total</b>	<b>7.667.987</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.288.960</b>
<b>Não circulante</b>	<b>5.379.027</b>

Apresentamos a seguir a descrição dos principais contratos financeiros celebrados pela Companhia e suas controladas, vigentes em 31 de dezembro de 2021:

**Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES**

Em 02 de outubro de 2012, a Comgás celebrou contrato de financiamento junto ao BNDES no valor de R\$1,1 bilhão (Projeto VI), lastreados por recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, recursos do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP, para suportar parte do plano de investimentos dos anos de 2012 a 2014. O valor total do financiamento é dividido em cinco subcréditos.

Em 04 de setembro de 2015, a Comgás celebrou contrato de financiamento junto ao BNDES no valor de R\$ 370,6 milhões (Projeto VII), lastreados por recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, recursos do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP, para suportar parte do plano de investimento dos anos de 2015 a 2017. O valor total do financiamento é dividido em quatro subcréditos. Até 31 de dezembro de 2017, o BNDES havia desembolsado R\$ 176 milhões para a Comgás, valores referentes a esse contrato. Em 30 de junho de 2020, o saldo pendente foi encerrado e não há mais créditos referentes a esta operação.

Em junho de 2020, os Projetos VI e VII foram repactuados e consolidados em uma única linha de crédito direta com o BNDES e suas respectivas fianças liquidadas e substituídas por uma conta garantia.

Abaixo resumo das principais condições destes contratos:

	Data de contratação	Custo	Data de vencimento	Pagamento de principal	Pagamento de juros
Refin (Projetos VI/VII)	Jun-20	IPCA + 4,10%	Jun-29	Mensal	Mensal
Projeto VIII	Mai-20	IPCA + 3,25%	Abr-29	Mensal <sup>1</sup>	Mensal <sup>2</sup>

<sup>1</sup>Mensal a partir de junho de 2022.

<sup>2</sup>Trimestral após junho de 2022.

**Capital de Giro – Lei nº 4.131**

Com o objetivo de financiamento do capital de giro, a Comgás celebrou contrato de financiamento com o banco The Bank of Nova Scotia. Estes contratos não contam com qualquer estrutura de garantias. Abaixo resumo das principais condições destes contratos:

Liberação	Data Liberação	Taxa	Vencimento	Pagamento de principal	Pagamento de juros
Scotia I	Mai/18	USD + 3,67%	Mai/23	No vencimento	Semestral
Scotia III	Fev/21	USD + 1,36%	Abr/21	No vencimento	Semestral

**Debêntures**

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020, duas controladas da Companhia possuíam emissões de debêntures.

A Comgás possuía emissões de debêntures com a destinação de recursos, em sua maioria (com exceção da 7ª e 8ª emissões), para financiamento do plano de expansão e do plano de suporte, e inclui investimentos em projetos de tecnologia da informação de forma a dar o suporte ao plano de expansão e ao plano de suporte. Os projetos de investimento contemplam a construção de novas redes de distribuição de gás natural, além de investimentos para a no âmbito do plano de suporte da Comgás. A controlada TRSP possuía emissão de debêntures com a destinação de recursos para construção do empreendimento.

Abaixo resumo das emissões de debêntures:

	Data de emissão	Quantidade	Custo	Data de vencimento	Pagamento de principal	Pagamento de juros
<b>4ª emissão – 2ª série</b>	Dez/15	242.374	IPCA + 7,48%	Dez/22	2 parcelas	Anual
<b>4ª emissão – 3ª série</b>	Dez/15	79.900	IPCA + 7,36%	Dez/25	3 parcelas	Anual
<b>5ª emissão – série única</b>	Dez/16	675.000	IPCA + 5,87%	Dez/23	No vencimento	Anual
<b>6ª emissão – série única</b>	Out/17	400.000	IPCA + 4,33%	Out/24	No vencimento	Anual
<b>7ª emissão – série única</b>	Mai/18	215.000	IGPM + 6,10%	Mai/28	3 parcelas	Semestral
<b>8ª emissão – série única</b>	Out/19	2.000.000	CDI+ 0,50%	Out/23	No vencimento	Anual
<b>9ª emissão – 1ª série</b>	Ago/21	500.000	IPCA + 5,12%	Ago/31	No Vencimento	Semestral
<b>9ª emissão – 2ª série</b>	Ago/21	500.000	IPCA + 5,22%	Ago/36	No Vencimento	Semestral
<b>1ª emissão – série única</b>	Ago/21	700.000	CDI + 1,95%	Ago/24	No Vencimento	Semestral

### *ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras;*

A Companhia e suas subsidiárias mantêm relações estreitas com as principais instituições financeiras do mercado brasileiro e não têm outras transações relevantes de longo prazo com instituições financeiras além daquelas acima citadas. A Administração esclarece ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão de nossos negócios. Para o futuro, possíveis relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

### *iii. grau de subordinação entre as dívidas; e*

A Administração informa que não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas quirografárias da Companhia. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor. Contudo, a Administração esclarece que, atualmente, o BNDES pode ser considerados credores mais favorecidos, uma vez que seus contratos contam com estrutura de garantias específicas, por meio de fianças bancárias.



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

*iv. eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.*

A Administração informa que determinados contratos financeiros apresentam cláusulas que determinam a observância dos seguintes e determinados índices financeiros (covenants) mínimos:

Dívida	Meta	Índice
BNDES	Dívida líquida <sup>(i)</sup> / EBITDA <sup>(ii)</sup> não poderá ser superior a 4,00	1,59
Resolução 4131		
Debêntures de 4ª a 9ª emissões		
Debênture 4ª emissão	Endividamento de curto prazo / Endividamento total <sup>(iii)</sup> não poderá ser superior a 0,6	0,34

(i) A dívida líquida consiste em dívida circulante e não circulante, líquida de caixa e equivalentes de caixa e de títulos e valores mobiliários registrados nessas demonstrações financeiras da controlada Comgás.

(ii) Corresponde ao EBITDA acumulado dos últimos doze meses.

(iii) O endividamento total corresponde ao somatório de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos da subsidiária Comgás, de curto e longo prazos (incluindo o saldo líquido das operações com derivativos).

Além das restrições descritas acima, os empréstimos e financiamentos da Companhia e suas subsidiárias possuem outras restrições conforme padrão de mercado, tais como: transferência do controle efetivo, direto ou indireto, sem prévia e expressa autorização do banco; alteração de titularidade do capital social envolvendo acionista, direto ou indireto, inclusive transferência entre si, com variação superior a 50% do total do capital; transferência da alteração de capital social da Companhia sem anuência prévia dos Debenturistas; alteração do objeto social da Companhia que resulte em alteração relevante de seu setor de atuação; reorganização societária na qual a estrutura final de controle da Companhia não tenha a Cosan Limited ou qualquer de suas controladas ou sucessoras dentro do bloco de controle.

A Companhia acompanha o atendimento das cláusulas acima descritas e entende que, e na data deste Formulário de Referência, atendeu todas as cláusulas restritivas e covenants financeiros nas medições anuais, mencionados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021.

	Dívida líquida / EBITDA	Dívida de curto prazo / Dívida total
<b>Resultado</b>		
31 de dezembro de 2019	1,43	0,16
31 de dezembro de 2020	1,69	0,26
31 de dezembro de 2021	0,75	0,30

A dívida líquida compreende os empréstimos, financiamentos e debêntures, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

A dívida de curto prazo compreende os empréstimos, financiamentos e debêntures com vencimento até 12 meses e a dívida total compreende os empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo. Destaca-se ainda que as medições não contábeis utilizadas acima para fins de covenants financeiros são definidos isoladamente por cada escritura e não devem ser confundidos com as utilizadas pela Companhia e divulgadas no item 3.2 deste Formulário de Referência.

**g. limites de utilização dos financiamentos já contratados:**

Em 31 de dezembro de 2021, a subsidiária Comgás dispunha de linhas de crédito em bancos, que não foram utilizadas, no valor aproximadamente de R\$ 2.500.000.

O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais.

**h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:**

Todas as demonstrações contábeis consolidadas referentes aos três últimos exercícios sociais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As informações referentes ao exercício social de 2021 e 2020 apresentadas nesta seção são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas. No exercício de 2019, os números e análises a seguir apresentados derivam das Demonstrações Financeiras Combinadas Carve-out.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO****EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

<i>(em R\$ milhares, exceto %)</i>	<b>31/12/2021</b>	<b>AV</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>AV</b>	<b>AH 2021 vs 2020</b>
Receita operacional líquida	12.330.209	100,00%	9.093.170	100,00%	35,60%
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	-9.200.224	-74,62%	-6.434.190	-70,80%	42,99%
<b>Resultado bruto</b>	<b>3.129.985</b>	<b>25,38%</b>	<b>2.658.980</b>	<b>29,20%</b>	<b>17,71%</b>
Despesas de vendas	-125.412	-1,02%	-454.131	-5,00%	-72,38%
Despesas gerais e administrativas	-1.057.250	-8,57%	-577.475	-6,40%	83,08%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25.569	0,21%	56.176	0,60%	-54,48%
<b>Despesas operacionais</b>	<b>-1.157.092</b>	<b>-9,38%</b>	<b>-975.430</b>	<b>-10,70%</b>	<b>18,62%</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro líquido e dos impostos</b>	<b>1.972.892</b>	<b>16,00%</b>	<b>1.683.550</b>	<b>18,50%</b>	<b>17,19%</b>
Despesas financeiras	-900.783	-7,31%	-374.252	-4,10%	140,69%
Receitas financeiras	703.204	5,70%	72.500	0,80%	869,94%
Variação cambial líquida	-60.953	-0,49%	-150.227	-1,70%	-59,43%
Derivativos	-31.084	-0,25%	169.206	1,90%	-118,37%
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>-289.616</b>	<b>-2,35%</b>	<b>-282.773</b>	<b>-3,10%</b>	<b>2,42%</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>1.683.276</b>	<b>13,65%</b>	<b>1.400.777</b>	<b>15,40%</b>	<b>20,17%</b>
Corrente	-151.823	-1,23%	-558.227	-6,10%	-72,80%
Diferido	211.183	1,71%	97.915	1,10%	115,68%
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>59.360</b>	<b>0,48%</b>	<b>-460.312</b>	<b>-5,10%</b>	<b>-112,90%</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>1.725.111</b>	<b>13,99%</b>	<b>940.465</b>	<b>10,30%</b>	<b>83,43%</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Receita Operacional Líquida

	<b>Consolidado</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Distribuição de gás</b>		
<b>Gás natural</b>		
Industrial	7.386.257	5.030.738
Residencial	1.610.286	1.381.597
Cogeração	637.489	389.732
Automotivo	364.664	220.130
Comercial	448.615	350.761
Receita de construção	1.020.176	885.630
Outros	242.226	59.103
	<b>11.709.713</b>	<b>8.317.691</b>
<b>Comercialização de energia elétrica</b>	<b>620.496</b>	<b>775.479</b>
<b>Total</b>	<b>12.330.209</b>	<b>9.093.170</b>

A receita operacional líquida totalizou R\$ 12.330,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 3.237,0 milhões, ou 35,6%, quando comparada com o valor de R\$ 9.093,2 milhões, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esse crescimento pode ser explicado, principalmente, pela recuperação de volumes distribuídos e repasse de custos da commodity e inflação nas margens da controlada Comgás.

Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados totalizaram R\$ 9.200,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 2.766,0 milhões, quando comparada com o valor de R\$ 6.434,2 milhões, referente ao ano de 2020. O custo do gás, transporte e outros passou de R\$ 4.620,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 7.176,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 55,3%. Essas variações ocorreram devido ao aumento do volume distribuído na controlada Comgás, bem como a variação do custo unitário do gás, diretamente ligado a variação cambial e o preço do petróleo, que são as referências para os custos dos contratos de fornecimento de gás. O custo da construção da malha de distribuição do gás passou de R\$ 885,6 milhões, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 1.020,2 milhões, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um acréscimo de 15%, que acompanha o acréscimo na receita de construção, comentado anteriormente. Por fim, houve o custo de R\$ 968,5 milhões referente energia elétrica comprada para revenda.

Despesas Operacionais

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Despesas de Vendas*

As despesas de vendas totalizaram R\$ 125,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de R\$ 328,7 milhões quando comparadas com o valor de R\$ 454,1 milhões, referente ao período encerrado em 31 de dezembro de 2020.

*Despesas Gerais e Administrativas*

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 1.057,5 milhões no ano de 2021, representando um aumento de R\$ 479,8 milhões, quando comparadas com o valor de R\$ 557,5 milhões, referente ao período de 2020.

*Outras Receitas (Despesas) Líquidas*

A rubrica outras receitas (despesas) líquidas representou uma receita totalizando R\$ 25,6 milhões em 2021, representando uma redução de R\$ 30,6 milhões quando comparadas à despesa com o valor de R\$ 56,2 milhões, referente ao ano anterior.

Resultado Financeiro Líquido*Despesas Financeiras*

As despesas financeiras totalizaram R\$ 900,8 milhões no ano de 2021, representando uma redução de R\$ 526,5 milhões quando comparadas com o valor de R\$ 374,3 milhões, referente ao período 2020, influenciado principalmente pelo aumento das taxas de juros e inflação.

*Receitas Financeiras*

As receitas financeiras totalizaram R\$ 703,2 milhões em 2021, representando um aumento de R\$ 630,7 milhões quando comparadas com o valor de R\$ 72,5 milhões do ano anterior. Esse aumento foi oriundo principalmente do resultado da atualização monetária do crédito extemporâneo referente a exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS e da maior receita com aplicação de caixa.

*Variação Cambial Líquida*

A variação cambial líquida totalizou uma despesa de R\$ 61,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando uma variação de R\$ 89,3 milhões quando comparadas com uma despesa de R\$ 150,2 milhões, referente ao período encerrado em 31 de dezembro de 2020.

*Derivativos*

O valor dos derivativos totalizou uma despesa de R\$ 31,1 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando uma variação de R\$ 200,3 milhões quando comparadas com o período encerrado em 31 de dezembro de 2020. Os instrumentos financeiros derivativos são usados apenas para fins de hedge

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

econômico (sem caráter especulativo) e o aumento está substancialmente em linha com a redução da variação cambial explicada acima.

*Imposto de Renda e Contribuição Social*

O imposto de renda e contribuição social totalizou uma receita de R\$ 59,4 milhões em 2021, representando um aumento de R\$ 519,7 milhões quando comparado com a despesa de R\$ 460,3 milhões no ano de 2020. Esse resultado foi impactado pelo reconhecimento de créditos fiscais extemporâneos no ano. A taxa efetiva do período encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de -3,5%.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

<i>(em R\$ milhares, exceto %)</i>	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH 2020
Receita operacional líquida	9.093.170	100,00%	9.514.222	100,00%	-4,40%
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	-6.434.190	-70,80%	-6.402.338	-67,30%	0,50%
<b>Resultado bruto</b>	<b>2.658.980</b>	<b>29,20%</b>	<b>3.111.884</b>	<b>32,70%</b>	<b>-14,60%</b>
Despesas de vendas	-454.131	-5,00%	-276.825	-2,90%	64,00%
Despesas gerais e administrativas	-577.475	-6,40%	-744.723	-7,80%	-22,50%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	56.176	0,60%	-40.523	-0,40%	-238,60%
<b>Despesas operacionais</b>	<b>-975.430</b>	<b>-10,70%</b>	<b>-1.062.071</b>	<b>-11,20%</b>	<b>-8,20%</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro líquido e dos impostos</b>	<b>1.683.550</b>	<b>18,50%</b>	<b>2.049.813</b>	<b>21,50%</b>	<b>-17,90%</b>
Despesas financeiras	-374.252	-4,10%	-405.099	-4,30%	-7,60%
Receitas financeiras	72.500	0,80%	205.637	2,20%	-64,70%
Variação cambial líquida	-150.227	-1,70%	-27.518	-0,30%	445,90%
Derivativos	169.206	1,90%	46.598	0,50%	263,10%
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>-282.773</b>	<b>-3,10%</b>	<b>-180.382</b>	<b>-1,90%</b>	<b>56,80%</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>1.400.777</b>	<b>15,40%</b>	<b>1.869.431</b>	<b>19,60%</b>	<b>-25,10%</b>
Corrente	-558.227	-6,10%	-710.881	-7,50%	-21,50%
Diferido	97.915	1,10%	126.438	1,30%	-22,60%
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>-460.312</b>	<b>-5,10%</b>	<b>-584.443</b>	<b>-6,10%</b>	<b>-21,20%</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>940.465</b>	<b>10,30%</b>	<b>1.284.988</b>	<b>13,50%</b>	<b>-26,80%</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Receita Operacional Líquida

	<b>Consolidado</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Distribuição de gás</b>		
<b>Gás natural</b>		
Industrial	5.030.738	6.045.600
Residencial	1.381.597	1.295.107
Cogeração	389.732	437.327
Automotivo	220.130	350.637
Comercial	350.761	507.550
Receita de construção	885.630	813.341
Outros	59.103	64.660
	<b>8.317.691</b>	<b>9.514.222</b>
<b>Comercialização de energia elétrica</b>	<b>775.479</b>	
<b>Total</b>	<b>9.093.170</b>	<b>9.514.222</b>

A receita operacional líquida totalizou R\$ 9.093,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$ 421,1 milhões, ou 4,4%, quando comparada com o valor de R\$ 9.514,2 milhões, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse decréscimo pode ser explicado, principalmente, pelo reflexo dos efeitos da pandemia da COVID-19, que reduziu os volumes de vendas em quase todos os segmentos.

A redução mencionada acima foi parcialmente compensada pela consolidação dos resultados da Compass Comercialização a partir de fevereiro de 2020.

Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados totalizaram R\$ 6.434.190 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$ 31,9 milhões, quando comparada com o valor de R\$ 6.402,3 milhões, referente ao ano de 2019. O custo do gás, transporte e outros passou de R\$ 5.589,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 4.620,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um decréscimo de 17,3%. Essas variações ocorreram devido a diminuição do custo unitário do gás, diretamente ligado a variação cambial e o preço do petróleo, que são as referências para os custos dos contratos de fornecimento de gás, somados a redução na quantidade de gás comprado em relação a 2019. O custo da construção da malha de distribuição do gás passou de R\$ 813,3 milhões, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 885,6 milhões, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um acréscimo de 8,9%, que acompanha o acréscimo na receita de construção, comentado anteriormente. Por fim, houve o custo de R\$ 927,9 milhões referente energia elétrica comprada para revenda.

Despesas Operacionais



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Despesas de Vendas*

As despesas de vendas totalizaram R\$ 454,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$ 177,3 milhões quando comparadas com o valor de R\$ 276,8 milhões, referente ao período encerrado em 31 de dezembro de 2019.

*Despesas Gerais e Administrativas*

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 577,5 milhões no ano de 2020, representando uma redução de R\$ 167,2 milhões, quando comparadas com o valor de R\$ 744,7 milhões, referente ao período de 2019.

*Outras Receitas (Despesas) Líquidas*

A rubrica outras receitas (despesas) líquidas representou uma receita totalizando R\$ 56,9 milhões em 2020, representando um aumento de R\$ 96,7 milhões quando comparadas à despesa com o valor de R\$ 40,5 milhões, referente ao ano anterior.

Resultado Financeiro Líquido*Despesas Financeiras*

As despesas financeiras totalizaram R\$ 374,3 milhões no ano de 2020, representando uma redução de R\$ 30,8 milhões quando comparadas com o valor de R\$ 405,1 milhões, referente ao período 2019, basicamente pela redução de seus indexadores em virtude da constante queda dos juros no país, parcialmente compensadas pelo aumento na dívida média (em função das captações para reforço de caixa por causa da pandemia do coronavírus).

*Receitas Financeiras*

As receitas financeiras totalizaram R\$ 72,5 milhões em 2020, representando um decréscimo de R\$ 34,5 milhões quando comparadas com o valor de R\$ 133,1 milhões do ano anterior. Essa redução pode ser explicada, principalmente, pela constante queda dos juros no país.

*Variação Cambial Líquida*

A variação cambial líquida totalizou uma despesa de R\$ 150,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma variação de R\$ 122,7 milhões quando comparadas com uma despesa de R\$ 27,5 milhões, referente ao período encerrado em 31 de dezembro de 2019.

*Derivativos*

O valor dos derivativos totalizou R\$ 169,2 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$ 122,6 milhões quando comparadas com o período encerrado em 31 de

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

dezembro de 2019. Os instrumentos financeiros derivativos são usados apenas para fins de hedge econômico (sem caráter especulativo) e o aumento está substancialmente em linha com a redução da variação cambial explicada acima.

**Imposto de Renda e Contribuição Social**

O imposto de renda e contribuição social totalizou uma despesa de R\$ 460,3 milhões no ano de 2020, representando uma redução de R\$ 124,1 milhões, quando comparado com uma despesa de R\$ 584,4 milhões referente ao período de 2019, basicamente por uma redução do resultado antes do imposto de renda e contribuição social comentados anteriormente. A taxa efetiva do período encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de 32,9%.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****BALANÇOS PATRIMONIAIS**

(em R\$ milhares, exceto %)	Consolidado				Combinado carve-out			
	31/12/2020	AV	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH 2021 vs. 2020	AH 2020 vs. 2019
<b>Ativos</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	3.562.358	17,8%	1.899.533	12,6%	1.083.523	9,0%	87,5%	75,3%
Títulos e valores mobiliários	1.876.006	9,4%	1.188.625	7,9%	200.233	1,7%	57,8%	493,6%
Contas a receber de clientes	1.411.923	7,1%	1.103.583	7,3%	974.296	8,1%	27,9%	13,3%
Instrumentos financeiros derivativos	70.619	0,4%	150.813	1,0%	128.786	1,1%	-53,2%	17,1%
Estoques	129.554	0,6%	121.064	0,8%	89.586	0,7%	7,0%	35,1%
Adiantamento a fornecedores	13.123	0,1%	-	-	-	-	-	-
Gás pago e não retirado	-	-	-	-	23.464	0,2%	-	-
Receíveis de partes relacionadas	4.766	0,0%	2.371	0,0%	1.820	0,0%	101,0%	30,3%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	-	24.449	0,2%	-	-	-	-
Outros tributos a recuperar	278.959	1,4%	194.600	1,3%	249.957	2,1%	43,3%	-22,1%
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	-	-	84	-	-	-	-	-
Despesas Antecipadas	22.101	0,1%						
Ativos setoriais	489.601	2,5%	241.749	1,6%	-	-	102,5%	-
Outros ativos	21.960	0,1%	54.636	0,4%	40.504	0,3%	-59,8%	34,9%
<b>Ativo circulante</b>	<b>7.880.970</b>	<b>39,4%</b>	<b>4.981.507</b>	<b>33,2%</b>	<b>2.792.169</b>	<b>23,2%</b>	<b>58,2%</b>	<b>78,4%</b>
Contas a receber de clientes	15.797	0,1%	18.029	0,1%	13.101	0,1%	-12,4%	37,6%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	253.109	1,3%	80.124	0,5%	19.348	0,2%	215,9%	314,1%
Outros tributos a recuperar	1.047.286	5,2%	29.166	0,2%	19.902	0,2%	3490,8%	46,5%
Depósitos judiciais	62.362	0,3%	60.394	0,4%	52.104	0,4%	3,3%	15,9%
Instrumentos financeiros derivativos	287.837	1,4%	366.368	2,4%	245.944	2,0%	-21,4%	49,0%
Ativo Setorial	68.709	0,3%	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	8.207	0,0%	221	0,0%	195	0,0%	3613,4%	13,3%
Direito de uso	73.220	0,4%	19.865	0,1%	10.128	0,1%	268,6%	96,1%
Ativos de contrato	684.970	3,4%	686.690	4,6%	594.601	4,9%	-0,3%	15,5%
Imobilizado	271.490	1,4%	15.326	0,1%	-	-	1671,4%	-
Intangível	9.328.654	46,7%	8.769.986	58,4%	8.291.610	68,9%	6,4%	5,8%
<b>Ativo não circulante</b>	<b>12.101.640</b>	<b>60,6%</b>	<b>10.046.169</b>	<b>66,9%</b>	<b>9.246.933</b>	<b>76,8%</b>	<b>20,5%</b>	<b>8,6%</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>19.982.610</b>	<b>100,0%</b>	<b>15.027.676</b>	<b>100,0%</b>	<b>12.039.102</b>	<b>100,0%</b>	<b>33,0%</b>	<b>24,8%</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

(em R\$ milhares, exceto %)	Consolidado				Combinado carve-out			
	31/12/2020	AV	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH 2021 vs. 2020	AH 2020 vs. 2019
<b>Passivos</b>								
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.288.960	11,45%	1.787.503	11,9%	908.522	7,5%	28,1%	96,7%
Fornecedores	1.798.977	9,00%	1.182.111	7,9%	1.154.206	9,6%	52,2%	2,4%
Instrumentos Financeiros e Derivativos	317.699	1,59%	286.018	1,9%	—	—	11,1%	-
Ordenados e salários a pagar	104.404	0,52%	74.543	0,5%	59.928	0,5%	40,1%	24,4%
Imposto de renda e contribuição social correntes	270.782	1,36%	321.711	2,1%	395.730	3,3%	-15,8%	-18,7%
Outros tributos a pagar	-	-	170.119	1,1%	177.463	1,5%	-	-4,1%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	2.035	0,01%	1.688	0,0%	1.450	0,0%	20,6%	16,4%
Pagáveis a partes relacionadas	12.204	0,06%	18.777	0,1%	9.131	0,1%	-35,0%	105,6%
Outros passivos financeiros	91.933	0,46%	95.428	0,6%	92.111	0,8%	-3,7%	3,6%
Passivos setoriais	85.866	0,43%	91.912	0,6%	—	—	-6,6%	-
Arrendamentos	4.995	0,02%	2.282	0,0%	1.680	0,0%	118,9%	35,8%
Outras contas a pagar	95.638	0,48%	55.056	0,4%	10.288	0,1%	73,7%	435,1%
<b>Passivo circulante</b>	<b>5.073.494</b>	<b>25,39%</b>	<b>4.087.148</b>	<b>27,2%</b>	<b>2.810.509</b>	<b>23,3%</b>	<b>24,1%</b>	<b>45,4%</b>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.379.027	26,92%	5.256.406	35,0%	4.336.420	36,0%	2,3%	21,2%
Provisão para demandas judiciais	84.901	0,42%	74.236	0,5%	128.735	1,1%	14,4%	-42,3%
Obrigações de benefício pós-emprego	470.525	2,35%	564.576	3,8%	630.549	5,2%	-16,7%	-10,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.211.072	6,06%	1.211.692	8,1%	1.219.369	10,1%	-0,1%	-0,6%
Outros tributos a pagar	5.070	0,03%	5.657	0,0%	6.142	0,1%	-10,4%	-7,9%
Passivos setoriais	1.286.417	6,44%	473.999	3,2%	—	—	171,4%	-
Arrendamentos	58.757	0,29%	8.038	0,1%	9.163	0,1%	631,0%	-12,3%
Outras contas a pagar	40.233	0,20%	—	—	13.312	0,1%	-	-
<b>Passivo não circulante</b>	<b>8.536.002</b>	<b>42,72%</b>	<b>7.594.604</b>	<b>50,5%</b>	<b>6.343.690</b>	<b>52,7%</b>	<b>12,4%</b>	<b>19,7%</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>13.609.496</b>	<b>68,11%</b>	<b>11.681.752</b>	<b>77,7%</b>	<b>9.154.199</b>	<b>76,0%</b>	<b>16,5%</b>	<b>27,6%</b>
<b>Patrimônio líquido e investimento controladora</b>	<b>6.373.113</b>	<b>31,89%</b>	<b>3.345.924</b>	<b>22,3%</b>	<b>2.884.903</b>	<b>24,0%</b>	<b>90,5%</b>	<b>16,0%</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>19.982.609</b>	<b>100,00%</b>	<b>15.027.676</b>	<b>100,0%</b>	<b>12.039.102</b>	<b>100,0%</b>	<b>33,0%</b>	<b>24,8%</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS DA COMPANHIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E COMBINADAS CARVE-OUT EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**Total Do Ativo

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou um aumento do ativo de 33,0% em relação a 31 de dezembro de 2020, passando de R\$ 15.027,7 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 19.982,6 milhões em 31 de dezembro de 2021.

Ativo Circulante*Caixa e equivalentes de caixa*

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa apresentou um aumento de R\$ 1.662,8 milhões, passando de R\$ 1.899,5 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 3.562,4 milhões em 31 de dezembro de 2021, sendo esse aumento decorrente principalmente do caixa líquido gerado nas atividades operacionais e captações realizadas no período.

*Títulos e Valores Mobiliários*

A rubrica de títulos e valores mobiliários apresentou um aumento de R\$ 687,4 milhões, passando de R\$ 1.188,6 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 1.876,0 milhões em 31 de dezembro de 2021, sendo esse aumento decorrente principalmente dos efeitos acima mencionados.

*Contas a Receber de Clientes*

A rubrica de contas a receber de clientes apresentou aumento em comparação com 31 de dezembro de 2020, passando de R\$ 1.103,6 milhões para R\$ 1.411,9 milhões em 31 de dezembro de 2021, ou seja, crescimento de R\$ 308,3 milhões. Esse crescimento foi decorrente do maior faturamento no ano.

*Ativos Setoriais*

A rubrica de ativos setoriais apresentou um aumento em comparação com 31 de dezembro de 2020, passando de R\$ 241,8 milhões para R\$ 489,6 milhões em 31 de dezembro de 2021.

Ativo Não Circulante*Instrumentos Financeiros Derivativos*

A rubrica de instrumentos financeiros derivativos apresentou uma redução em comparação com 31 de dezembro de 2020, passando de R\$ 366,4 milhões para R\$ 287,8 milhões em 31 de dezembro de 2021, ou seja, um decréscimo de R\$ 78,5 milhões.

*Ativos de Contrato*

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A rubrica de ativos de contrato apresentou uma ligeira redução em comparação com 31 de dezembro de 2020, passando de R\$ 686,7 milhões para R\$ 685,0 milhões em 31 de dezembro de 2021, ou seja, uma redução de R\$ 1,7 milhões.

### *Intangível*

A rubrica de intangível apresentou um aumento em comparação com 31 de dezembro de 2020, passando de R\$ 8.770,0 milhões para R\$ 9.328,7 milhões em 31 de dezembro de 2021, ou seja, um aumento de R\$ 558,7 milhões. O aumento reflete os investimentos realizados pela controlada Comgás na sua área de concessão, conforme plano de investimentos descritos na revisão tarifária compensados pela amortização do intangível.

### Passivo Circulante

#### *Empréstimos, Financiamentos e Debêntures*

Nossas dívidas de curto prazo totalizavam R\$ 2.289,0 milhões em 31 de dezembro de 2021, enquanto em 31 de dezembro de 2020 o saldo era de R\$ 1.787,5 milhões, representando um aumento de R\$ 501,5 milhões.

#### *Fornecedores*

O saldo de fornecedores totalizava R\$ 1.799,0 milhões em 31 de dezembro de 2021, enquanto em 31 de dezembro de 2020 o saldo era de R\$ 1.182,1 milhões, representando um crescimento de R\$ 616,9 milhões. O aumento é decorrente principalmente de maior custo do Gás.

#### *Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes*

O saldo de imposto de renda e contribuição social corrente totalizava R\$ 270,8 milhões em 31 de dezembro de 2021, enquanto em 31 de dezembro de 2020 o saldo era de R\$ 321,7 milhões, representando uma diminuição de R\$ 50,9 milhões.

### Passivo Não Circulante

#### *Empréstimos, Financiamentos e Debêntures*

Nossas dívidas de longo prazo totalizavam R\$ 5.379,0 milhões em 31 de dezembro de 2021, enquanto em 31 de dezembro de 2020 o saldo era de R\$ 5.256,4 milhões, representando um aumento de R\$ 122,6 milhões. O aumento é decorrente das captações ocorridas entre os períodos e perfil de vencimento das dívidas, descritas no item 10.1.f..

#### *Passivos Setoriais*

O saldo de passivos setoriais totalizava R\$ 1.286,4,0 milhões em 31 de dezembro de 2021, enquanto em 31 de dezembro de 2020 o saldo era de R\$ 474,0 milhões, aumento de 812,4 milhões no período.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 3.346,0 milhões e de R\$ 6.373,1 milhões em 31 de dezembro de 2020. Houve um aumento de R\$ 3.027,2 milhões devido principalmente ao lucro líquido da Comgás e os aumentos de capital realizados no período.

**COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS DA COMPANHIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E COMBINADAS CARVE-OUT EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**Total Do Ativo

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou um aumento do ativo de 24,8% em relação a 31 de dezembro de 2019, passando de R\$ 12.039,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 15.027,7 milhões em 31 de dezembro de 2020.

Ativo Circulante*Caixa e equivalentes de caixa*

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa apresentou um aumento de R\$ 816,0 milhões, passando de R\$ 1.083,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 1.899,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, sendo esse aumento decorrente principalmente do caixa líquido gerado nas atividades operacionais, captações de recursos para reforço do caixa em função da pandemia do coronavírus.

*Títulos e Valores Mobiliários*

A rubrica de títulos e valores mobiliários apresentou um aumento de R\$ 988,4 milhões, passando de R\$ 200,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 1.118,6 milhões em 31 de dezembro de 2020, sendo esse aumento decorrente principalmente das referidas captações supramencionadas.

*Contas a Receber de Clientes*

A rubrica de contas a receber de clientes apresentou ligeiro aumento em comparação com 31 de dezembro de 2019, passando de R\$ 974,3 milhões para R\$ 1.103,6 milhões em 31 de dezembro de 2020, ou seja, crescimento de R\$ 129,3 milhões

*Ativos Setoriais*

A rubrica de ativos setoriais apresentou um aumento em comparação com 31 de dezembro de 2019, passando de R\$ 0 milhões para R\$ 241,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, em função do reconhecimento por conta da Deliberação nº 1.010, de 10 de junho de 2020.

Ativo Não Circulante*Instrumentos Financeiros Derivativos*

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A rubrica de instrumentos financeiros derivativos apresentou um aumento em comparação com 31 de dezembro de 2019, passando de R\$ 245,9 milhões para R\$ 366,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, ou seja, um crescimento de R\$ 120,4 milhões em contrapartida do incremento das dívidas que estão expostas a variação dos juros e variação cambial.

### *Ativos de Contrato*

A rubrica de ativos de contrato apresentou um aumento em comparação com 31 de dezembro de 2019, passando de R\$ 594,6 milhões para R\$ 686,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, ou seja, um aumento de R\$ 92,1 milhões. O incremento reflete os investimentos realizados em 2020, conforme plano de investimento.

### *Intangível*

A rubrica de intangível apresentou um aumento em comparação com 31 de dezembro de 2019, passando de R\$ 8.291,6 milhões para R\$ 8.770,0 milhões em 31 de dezembro de 2020, ou seja, um aumento de R\$ 478,4 milhões. O aumento reflete os investimentos realizados pela Comgás na sua área de concessão, conforme plano de investimentos descritos na revisão tarifária compensados pela amortização do intangível.

### Passivo Circulante

#### *Empréstimos, Financiamentos e Debêntures*

Nossas dívidas de curto prazo totalizavam R\$ 1.787,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, enquanto em 31 de dezembro de 2019 o saldo era de R\$ 908,5 milhões, representando um aumento de R\$ 879,0 milhões. O incremento é majoritariamente decorrente das captações descritas no item 10.1.f realizadas em 2020 para reforço do caixa por conta da pandemia do coronavírus.

#### *Fornecedores*

O saldo de fornecedores totalizava R\$ 1.182,1 milhões em 31 de dezembro de 2020, enquanto em 31 de dezembro de 2019 o saldo era de R\$ 1.154,2 milhões, representando um crescimento de R\$ 27,9 milhões. O aumento é decorrente principalmente de maior custo do Gás e a aquisição do negócio de trading de energia elétrica.

#### *Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes*

O saldo de imposto de renda e contribuição social corrente totalizava R\$ 321,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, enquanto em 31 de dezembro de 2019 o saldo era de R\$ 395,7 milhões, representando uma diminuição de R\$ 74,0 milhões. A redução se deve por conta do menor lucro apurado no ano de 2020.

### Passivo Não Circulante



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### *Empréstimos, Financiamentos e Debêntures*

Nossas dívidas de longo prazo totalizavam R\$ 5.256,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, enquanto em 31 de dezembro de 2019 o saldo era de R\$ 4.336,4 milhões, representando um aumento de R\$ 920,0 milhões. O aumento é decorrente das captações ocorridas entre os períodos e perfil de vencimento das dívidas, descritas no item 10.1.f..

### *Passivos Setoriais*

O saldo de passivos setoriais totalizava R\$ 474,0 milhões em 31 de dezembro de 2020, enquanto em 31 de dezembro de 2019 o saldo era de R\$ 0 milhões, decorrente do reconhecimento por conta da Deliberação nº 1.010, de 10 de junho de 2020.

### Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 3.346,0 milhões e de R\$ 2.884,9 milhões em 31 de dezembro de 2019. Houve um aumento de R\$ 461,0 milhões devido principalmente ao lucro líquido da Comgás de R\$537,6 milhões, , contribuição de acionistas não controladores e prejuízo da Compass Comercialização.

## **DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

### **PERÍODO DE DOZE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO PERÍODO DE DOZE MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(em R\$ milhares, exceto %)	Consolidado		Consolidado		AH 2020 vs. 2019
	31/12/2021	AV	31/12/2020	AV	
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	2.171.057	110,3%	2.095.026	110,3%	3,6%
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento	-1.903.753	-52,1%	-990.351	-52,1%	92,2%
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	1.395.521	41,8%	794.745	41,8%	75,6%
<b>Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.662.825</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.899.420</b>	<b>100,0%</b>	<b>-12,5%</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>	<b>1.899.533</b>	<b>0,0%</b>	<b>113</b>	<b>0,0%</b>	<b>-100,0%</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do período</b>	<b>3.562.358</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.899.533</b>	<b>100,0%</b>	<b>87,5%</b>

### Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O caixa líquido proveniente das atividades operacionais apresentou aumento de R\$ 76,0 milhões, passando de um caixa líquido gerado de R\$ 2.095,0 milhões no ano de 2020 para um caixa líquido gerado de R\$ 2.171,1 milhões em 2021.

### Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento apresentou um aumento de R\$ 913,4 milhões, passando de um caixa líquido negativo em R\$ 990,4 milhões no exercício findo em 2012 para um caixa líquido negativo de R\$ 1.903,8 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2021.

### Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

O caixa líquido proveniente das atividades de financiamento apresentou uma variação de R\$ 660,8 milhões, passando de um caixa líquido gerado de R\$ 794,7 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2020 para um caixa líquido gerado de R\$ 1.395,5 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2021.

**PERÍODO DE DOZE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO PERÍODO DE DOZE MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(em R\$ milhares, exceto %)	Consolidado		Combinado carve-out		AH 2020 vs. 2019
	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	2.095.026	110,3%	2.512.302	231,9%	-16,6%
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento	-990.351	-52,1%	202.037	18,7%	-590,2%
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	794.745	41,8%	-2.233.548	-206,1%	-135,6%
<b>Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.899.420</b>	<b>100,0%</b>	<b>480.791</b>	<b>44,4%</b>	<b>295,1%</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>	<b>113</b>	<b>0,0%</b>	<b>602.732</b>	<b>55,6%</b>	<b>-100,0%</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do período</b>	<b>1.899.533</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.083.523</b>	<b>100,0%</b>	<b>75,3%</b>

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O caixa líquido proveniente das atividades operacionais apresentou uma redução de R\$ 417,3 milhões, passando de um caixa líquido gerado de R\$ 2.512,3 milhões no ano de 2019 para um caixa líquido gerado de R\$ 2.095,0 milhões em 2020.

Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento apresentou uma redução de R\$ 1.192,4 milhões, passando de um caixa líquido positivo de R\$ 202,0 milhões no exercício findo em 2019 para um caixa líquido negativo de R\$ 990,4 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento

O caixa líquido proveniente das atividades de financiamento apresentou uma variação de R\$ 3.028,3 milhões, passando de um caixa líquido utilizado de R\$ 2.233,6 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2019 para um caixa líquido gerado de R\$ 794,8 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2020.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### a. resultados das operações da Companhia:

#### *i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita*

Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas nos resultados da Companhia, vide item 10.1(h) do Formulário de Referência.

Nossa receita é composta principalmente pelos seguintes itens:

- Receita bruta na distribuição de gás.
- Receita bruta na comercialização de energia, a qual é dividida em (i) mercado de curto prazo; e (ii) operações de trading.
- Receita bruta na prestação de serviços.
- Receita de construção.
- Impostos e deduções sobre vendas.

A Companhia e suas controladas têm como atividades principais (i) distribuição de gás natural canalizado em parte do Estado de São Paulo para clientes dos segmentos industrial, residencial, comercial, automotivo e cogeração; (ii) comercialização de energia elétrica e desenvolvimento de projetos de comercialização de gás natural; (iii) desenvolvimento de projetos de infraestrutura em terminal de regaseificação e gasoduto de escoamento offshore; e (iv) desenvolvimento de projetos de geração térmica por meio do gás natural.

#### *ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais*

A Administração entende que os resultados das operações da Companhia dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 foram materialmente afetados pelos reajustes tarifários de sua controlada Comgás, que representa majoritariamente o resultado consolidado da Companhia.

Em 05 de dezembro de 2018, a ARSESP publicou a Deliberação nº 840, que consubstanciou as Consultas Públicas 10, 11 e 12 de 2018, referente à taxa WACC, metodologia aplicável e alteração dos ciclos tarifários, respectivamente.

Em 06 de fevereiro de 2019, a ARSESP divulgou os resultados das Consultas Públicas 10, 11 e 12 de 2018, por meio da publicação da Nota Técnica NT.F-0002-2019 que definiu o custo médio ponderado de capital em 8,27% para o próximo ciclo e a Nota Técnica NT.F-0003-2019 que define a metodologia a ser utilizada no processo de revisão tarifária. Também foi publicada a minuta final do 6º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

A ARSESP anunciou no final do exercício de 2018 o início da revisão tarifária da Comgás que se encerrou em 23 de maio de 2019, conforme divulgado por meio de Fato Relevante pela Comgás. A ARSESP publicou a Nota Técnica Final NTF-0030-2019 e o Relatório Circunstanciado referente à conclusão da 4ª Revisão Tarifária Ordinária da Comgás, compreendida no período de 31 de maio de 2018 à 30 de maio de 2024, em que determinou atualizações para a Margem Máxima (P0), que teve seu valor atualizado para R\$ 0,5182 por metro cúbico, e para o Fator X, que teve o percentual estabelecido de 0,52% ao ano. As tabelas tarifárias atualizadas passam a vigorar a partir de 31 de maio de 2019, após publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em 01 de fevereiro de 2019, a ARSESP publicou a Deliberação nº 849, que atualizou o custo médio ponderado do gás e transporte contido nas tarifas, que varia de acordo com o preço internacional do petróleo e a taxa de câmbio. Além disso, realizou o repasse do conta corrente regulatório, acumulado dos últimos 12 meses. Houve um aumento médio de 11% para o segmento residencial, 14% para o segmento comercial, 32% para o segmento industrial e 40% para o segmento automotivo (gás natural veicular - GNV).

Em 26 de fevereiro de 2019, a ARSESP publicou a Deliberação nº 852, que reduziu o percentual de variação das tarifas da Comgás, por meio do diferimento no tempo. As reduções foram aplicadas a todos os segmentos de forma distinta, sendo elas: (3%) no segmento residencial; (4%) para o segmento comercial; (7%) para o segmento industrial; e (8%) para o segmento automotivo, considerando a tarifa aplicada para os postos de combustíveis. O reajuste entrou em vigor em 01 de março de 2019 e foi mantido até a data base de atualização das tarifas da Comgás em 31 de maio de 2019.

Em 23 de maio de 2019, a ARSESP publicou a Nota Técnica Final NTN-0030-2019 e o Relatório Circunstanciado referente à conclusão da 4ª Revisão Tarifária Ordinária da Comgás, compreendida no período de 31 de maio de 2018 à 30 de maio de 2024. A Nota Técnica Final NTF- 0030-2019 determinou, em relação à Margem Máxima (P0), o valor de R\$ 0,5182 por metro cúbico, em moeda de abril de 2018, tendo seu valor reajustado pela variação do IGP-M no período compreendido entre maio de 2018 e abril de 2019 e descontados do Fator X. Para o Fator X, o percentual estabelecido foi de 0,52% ao ano.

Em 31 de maio de 2019, a ARSESP publicou a Deliberação nº 875, com efeitos prospectivos a partir de 01 de junho de 2019, denominada revisão tarifária quinquenal, com alterações nas tarifas da Comgás para todos os segmentos de consumo. Estas alterações são resultado da readequação das margens de distribuição da Comgás, de acordo com processo de Revisão Tarifária e também do repasse dos custos de gás comprados de seu fornecedor.

Em 02 de março de 2020, a ARSESP publicou a Deliberação nº 968, que atualizou o custo médio ponderado do gás e transporte, sobre o repasse das variações do preço do gás e do transporte fixados nas tarifas e sobre as tabelas tarifárias a serem aplicadas pela concessionária.

Em 27 de maio de 2020, a ARSESP publicou a Deliberação nº 995, que atualizou o custo médio ponderado do gás e transporte, sobre o repasse das variações do preço do gás e do transporte fixados nas tarifas, sobre a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – Específico (TUSD-E) a serem aplicadas no mercado livre e sobre as tabelas tarifárias a serem aplicadas pela concessionária a partir de 31 de maio de 2020.

Em 26 de agosto de 2020, a ARSESP publicou a Deliberação nº 1040, que atualizou o custo médio ponderado do gás e transporte, sobre o repasse das variações do preço do gás e do transporte fixados nas tarifas de usuários não residenciais e não comerciais e sobre as tabelas tarifárias a serem aplicadas pela concessionária a partir de 31 de agosto de 2020.

Em 29 de novembro de 2020, a ARSESP publicou a Deliberação nº 1065, que atualizou o custo médio ponderado do gás e transporte, sobre o repasse das variações do preço do gás e transporte fixados nas tarifas de usuários não residenciais e não comerciais e sobre as tabelas tarifárias a serem aplicadas pela concessionária a partir de 30 de novembro de 2020, revogando a Deliberação nº 1040.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em 25 de fevereiro de 2021, a ARSESP publicou a Deliberação nº 1.136, que atualizou o custo médio ponderado do gás e transporte para os usuários não residenciais e não comerciais sobre as tabelas tarifárias aplicadas pela concessionária a partir de 28 de fevereiro de 2021, com impacto médio para o segmento industrial e cogeração de 4,8% e para o segmento automotivo de 5,4%.

Em 27 de maio de 2021, a ARSESP publicou a Deliberação nº 1.162, que atualizou as margens de distribuição para todos os usuários sobre as tabelas tarifárias aplicadas pela concessionária a partir de 31 de maio de 2021. Para conter o impacto nas tarifas, a ARSESP propôs reduzir o índice de reajuste da margem de 32% (IGP-M) para 7,6%, para os usuários residenciais e comerciais, cujas tarifas são mais afetadas por este componente. A variação na tarifa final para os usuários residenciais com consumo médio de 30 m³/mês, foi de 9,5%, já para os usuários comerciais com consumo médio de 100 m³/mês, a variação foi de 9,7%. Para as indústrias com consumo médio de 1 milhão m³/mês, a variação foi de 9,7%, enquanto para o segmento GNV a variação foi de 8,1%.

Em 1 de outubro de 2021, a Compass e a Comgás celebraram com o Governo de Estado de São Paulo, representado pela Secretaria De Infraestrutura E Meio Ambiente Do Estado De São Paulo - SIMA, tendo a Agência Reguladora De Serviços Públicos Do Estado De São Paulo - ARSESP como Interviente Anuente, o 7º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado nº CSPE/01/99 da Comgás, prorrogando a concessão da Comgás para operação de serviços públicos de distribuição de gás canalizado até 2049. Tal prorrogação está expressamente prevista no Contrato de Concessão original, firmado em 1999, fundamentando-se ainda na Constituição Federal, nas leis ordinárias e no interesse público. O processo de prorrogação foi iniciado em 2019, tendo sido objeto da consulta pública nº 10/21, da audiência pública nº 05/21 e de robusto escrutínio conduzido pela ARSESP, assegurando a transparência e a ampla participação da sociedade no processo regulatório.

No dia 08/12/2021 a ARSESP publicou a deliberação nº 1.254, com vigência a partir do dia 10/12/2021, atualizando o custo do gás e transporte e a parcela de recuperação da conta gráfica de gás, que resultou nos seguintes ajustes nas tarifas de venda de gás dos segmentos: aumento médio de 19% no segmento industrial, de 18% no segmento residencial e comercial, e de 23% no preço do Gás Natural Veicular (GNV), considerando a tarifa aplicada para os postos de combustíveis, e 22% para o segmento cogeração e refrigeração. Esta deliberação também modificou a mecânica de aplicação dos impostos, considerando o julgamento de Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 574.7096 no STF, o qual decidiu pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS, PASEP e da COFINS.

### **b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

A Administração entende que as variações de nossa receita bruta na venda de gás e serviços nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 é explicada principalmente pelo repasse do aumento dos custos de gás e transporte nas tarifas, repasse inflacionário das margens de distribuição, bem como maior volume distribuído no período.

Adicionalmente, a Administração entende que as variações da receita operacional bruta da Companhia no ano de 2020 também foram impactadas pelos efeitos da pandemia da Covid-19.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### **c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia**

As principais taxas indexadoras aplicáveis aos nossos negócios nos últimos três exercícios sociais são o IGP-m, CDI e TJLP:

- IGP-M: Esse índice impacta na margem da Companhia por meio dos reajustes anuais determinados pelo regulador, excluindo o fator de eficiência “fator X”
- CDI: Todos os passivos financeiros de curto prazo e as aplicações financeiras da Companhia, além da proteção da dívida (swaps), estão atrelados à variação do CDI, bem como dívidas de longo prazo em moeda externa que são, obrigatoriamente, trocadas por CDI por meio de instrumentos derivativos.
- TJLP: Como nossa expansão é baseada em financiamentos de longo prazo que, majoritariamente, variam de acordo com a TJLP (empréstimos do BNDES), a variação desta taxa pode afetar significativamente o serviço de nossa dívida.

Taxas de câmbio: Possuímos dívidas em moeda estrangeira, porém todas estão de acordo com nossa política de tesouraria, devidamente protegidas (“swapadas”) para Reais indexados ao CDI.

A inflação afeta nosso desempenho financeiro, aumentando despesas operacionais. Estas despesas operacionais incluem os custos de mão de obra, despesas com vendas, gerais e administrativas. No entanto, a inflação não teve impacto material sobre nossos negócios para os períodos apresentados. Anualmente, o Órgão Regulador da Companhia (ARSESP) corrige a margem bruta da Comgás pela inflação registrada nos últimos 12 (doze) meses.

Os contratos de fornecimento de gás natural, principal insumo da Comgás, têm os preços compostos por duas parcelas: uma indexada a uma cesta de óleos combustíveis no mercado internacional e reajustada trimestralmente; e outra reajustada anualmente com base na inflação local. Todas as variações impactam diretamente em nossa margem bruta. Essas variações são capturadas pela conta corrente regulatória que não é contabilizada, porém seu saldo é considerado na construção da tarifa autorizada e revisada pelo órgão regulador anualmente ou quando houver um desequilíbrio econômico financeiro. Esse mecanismo nos confere uma proteção em relação às variações no custo do gás natural.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs****a. da introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve nos últimos três exercícios sociais a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

**b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Em 14 de janeiro de 2020, a Cosan S.A. contribuiu ao nosso capital social a totalidade das ações que detinha da Comgás, ou seja, 103.699.333 ações ordinárias e 27.682.044 ações preferenciais, equivalentes a 99,15% do capital social, pelo montante de R\$2.861.936.

Em 30 de janeiro de 2020, nossa subsidiária Comercializadora de Gás adquiriu o controle da Black River Participações Ltda. ("Black River") e sua subsidiária Compass Comercializadora de Energia Ltda. ("Compass Comercializadora"), além do controle da Compass Geração Ltda. ("Compass Geração") e da Compass Energia Ltda. ("Compass Energia"), por um valor equivalente a R\$95.000.

Conforme mencionado no item 7 deste Formulário de Referência, as aquisições e reorganização societária mencionadas acima tiveram como objetivo a concentração, na Companhia, de atividades no mercado de gás e energia.

**c. dos eventos ou operações não usuais**

Não houve eventos ou operações não usuais com efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****a. mudanças significativas nas práticas contábeis**

Período comparativo de 31/12/2021 e 31/12/2020

Nenhuma nova prática foi adotada.

Período comparativo de 31/12/2020 e 31/12/2019

Nenhuma nova prática foi adotada.

**b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

A adoção da norma CPC 06(R2)/ IFRS 16 afetou principalmente o reconhecimento de arrendamentos para os contratos da Companhia. A Companhia informa que, exceto pelo indicado acima na letra (a), por não haver mudanças relevantes nas práticas contábeis, eventuais impactos de divulgação ou valores já foram considerados nas próprias demonstrações financeiras.

**c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Os relatórios dos auditores independentes sobre as nossas demonstrações financeiras combinadas carve-out e consolidadas referentes aos períodos findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não possuem ressalvas nem ênfases.



## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Administração informa que a preparação das demonstrações consolidadas da Companhia de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas e reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos, quando aplicável.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis consolidadas apresentam, de forma adequada, a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações, em todos os aspectos materialmente relevantes, e que as demonstrações consolidadas apresentam, de forma adequada, a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações, em todos os aspectos materialmente relevantes.

As principais práticas contábeis, descritas a seguir, foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras, combinadas carve-out e consolidadas, da Companhia.

### Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional devido a um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido), a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. Uma provisão para perdas de crédito esperadas é reconhecida como despesas de vendas.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas neste período. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

### Mensuração de valor justo reconhecidas

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros.

Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem:

- i. o uso de preços de mercado cotados;
- ii. para swaps usamos o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas observáveis no mercado; e
- iii. para outros instrumentos financeiros analisamos o fluxo de caixa descontado.

Todas as estimativas resultantes de valor justo estão incluídas no nível 2, quando os valores justos tiverem sido determinados com base em valores presentes e as taxas de desconto utilizadas tiverem sido ajustadas para risco de contraparte ou de crédito próprio.

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos.

A Administração regularmente revisa insumos não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível no mercado.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: as entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- Nível 2: as entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. O valor justo da maioria dos investimentos da Companhia em valores mobiliários, contratos de derivativos e títulos.
- Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo como a entrada de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

### Ativos Intangíveis

#### *Goodwill*

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

O ágio é inicialmente reconhecido com base na política contábil de combinação de negócios. Seu valor é mensurado pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. O ágio adquirido em uma combinação de negócios é alocado às unidades geradoras de caixa ("UGC") ou grupos de UGCs, que devem se beneficiar das sinergias da combinação.

### *Relacionamento com clientes*

Os custos incorridos no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes (incluindo oleodutos, válvulas e equipamentos em geral) são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados durante o período do contrato.

### *Direito de concessão*

A Companhia possui um contrato de concessão pública para o serviço de distribuição de gás em que o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço, além de deter participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, a Companhia reconhece esse direito como um ativo intangível.

Os ativos adquiridos ou construídos subjacentes à concessão necessária para a distribuição de gás, são amortizados para corresponder ao período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam revertidos para a Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Este período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão. Essa vida útil econômica também é utilizada pelo órgão regulador para determinar a base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão.

A amortização é reconhecida pelo método linear e reflete o padrão esperado para a utilização dos benefícios econômicos futuros, que corresponde à vida útil dos ativos que compõem a infraestrutura de acordo com as disposições do órgão regulador.

A amortização dos ativos é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro

### *Ativos de contrato*

Ativos do contrato são mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando os ativos entram em operação, os valores depreciáveis no contrato de concessão são transferidos para ativos intangíveis. A Companhia reavalia a vida útil, sempre que essa avaliação indicar que o período de amortização excederá o prazo do contrato de concessão, uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro, pois representa um saldo de contas a receber do poder concedente. Essa classificação está de acordo com o ICPC 01 / IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

### *Despesas subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### Ativo e passivo setorial

Os ativos e passivos financeiros setoriais têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre custo de gás e alíquotas de tributos contidas nas portarias emitidas pelo órgão regulador, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada revisão tarifária.

O saldo desta conta é considerado como um ativo ou passivo de acordo com o plano de contas regulatório e não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 em conformidade com as normas internacionais (IFRS) e práticas contábeis adotadas no Brasil, uma vez que sua respectiva realização depende de deliberações da agência regulatória. Em 30 de junho de 2020, os ativos e passivos setoriais foram reconhecidos nas demonstrações financeiras em função da deliberação 1.010 de 10 de junho de 2020 que assegura a Companhia o direito de recobrar dos consumidores ou a obrigação de devolução desses montantes um ano antes do encerramento do contrato de concessão.

### Imposto de renda e contribuição social

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto em algumas transações que são reconhecidas no patrimônio líquido.

#### a) Imposto de renda e contribuição social corrente

É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

#### b) Imposto de renda e contribuição social diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

#### c) Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

#### d) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

### Provisão para demandas e depósitos judiciais

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

### Receita operacional líquida

#### ii. Receita não faturada

Receita de gás não faturada refere-se à porção de gás fornecida para qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês.

O volume real faturado pode ser diferente das estimativas. A subsidiária Comgás acredita que, com base em sua experiência histórica com operações similares, o valor estimado não faturado não diferirá significativamente dos valores reais.

#### iii. Receita de construção em concessão

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço de construção prestado ao Poder Concedente, e a receita relacionada é reconhecida no resultado na fase de finalização da obra.

Os custos de construção são reconhecidos por referência ao estágio de conclusão da atividade de construção no final do período de relatório, e são incluídos no custo das vendas.

A Companhia reconhece a receita quando da entrega da energia ao cliente pelo valor justo da contraprestação. Adicionalmente, são reconhecidos como receita os ganhos líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado – diferença entre os preços contratados e os de mercado – das operações líquidas contratadas em aberto na data das demonstrações financeiras.

### Obrigações de benefício pós-emprego

O custo do plano de benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de várias

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

suposições que podem diferir dos resultados reais no futuro. Estes incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas pela administração em cada data de balanço.

### *Planos de contribuição definida*

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

### *Planos de benefício definido*

A Companhia através de sua subsidiária Comgás oferece os seguintes benefícios pós-emprego:

Assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data, somente empregados com 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos na Companhia em 31 de maio de 2000 têm direito a este plano de benefício definido, desde que, na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Companhia.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação aos planos de pós-emprego de benefícios definidos é calculado anualmente por atuários independentes.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-emprego representa o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

### Pagamento baseado em ações

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios.

O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas,

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (vesting date). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (non-vesting), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.

O modelo Black-Scholes foi utilizado na estimativa do valor justo das opções negociadas sem restrições de aquisição de direitos. O modelo requer o uso de premissas subjetivas, incluindo a volatilidade esperada do preço da ação, a vida esperada da opção de compra de ações ou a concessão de ações e dividendos.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)**

A Companhia não detém ativos e passivos não declarados em seu balanço patrimonial.

**b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

A Companhia não detém demais itens não evidenciados em suas demonstrações financeiras.



**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**

**a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável tendo em vista que a Companhia não detém itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

**b. natureza e o propósito da operação**

Não aplicável tendo em vista que a Companhia não detém itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

**c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável tendo em vista que a Companhia não detém itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

### a. investimentos

Com dois segmentos de atuação, estamos estrategicamente posicionados para criação de valor através do gás natural. Acreditamos que a Compass é uma das pioneiras no movimento de estabelecer uma plataforma no centro da transformação da indústria, de tal forma que contribui com a abertura do mercado de gás natural e potencialmente captura os benefícios dessa abertura.

Os segmentos de negócio de negócios da Companhia são:

- (i) “Distribuição de gás natural” – que compreende as atividades de distribuição de gás encanado através da maior empresa do setor no Brasil, a Comgás, e potenciais aquisições no setor;
- (ii) “Todos outros segmentos” – que compreende as atividades de holding, construção do Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo, comercialização de energia elétrica, e outras atividades em estágio pré-operacional ou de projeto;

### Distribuição de Gás Natural

A atividade de distribuição de gás natural no Brasil é regulada por órgãos estaduais que definem, entre outros critérios, a metodologia para reajuste tarifário, metas de investimento e de expansão da rede e metas de eficiência. A Compass atua nesse segmento através da sua controlada Comgas e em potenciais aquisições. A Comgás atua com um propósito de levar mais conforto para as pessoas, mais eficiência para os negócios e desenvolvimento para as cidades. A cultura organizacional tem ainda como pilares a Segurança, a Eficiência e os nossos Clientes, de forma a buscar a excelência, por meio do trabalho de pessoas engajadas com o nosso propósito. A expansão eficiente da infraestrutura da Comgás é pilar fundamental da criação de condições adequadas e que viabilizem o máximo aproveitamento da oferta competitiva de gás natural alinhados com o Novo Mercado de Gás.

A presença estatal ainda é dominante no setor através do controle acionário da grande maioria das concessionárias. O Brasil possui 27 concessionárias de distribuição de gás em 24 das 27 unidades federativas, sendo que apenas 4 delas são controladas por grupos privados. No atual governo, além da saída da Petrobras do segmento até 2021, de acordo com o TCC assinado junto ao CADE, diversos estados já anunciaram o interesse em privatizar suas distribuidoras. Nesse sentido, acreditamos que o segmento de distribuição passará por um movimento de consolidação e aumento da participação de grupos privados.

Em 2021, A Compass celebrou com a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”) um Contrato de Compra e Venda de Ações (“Transação”) para aquisição da participação de 51% da Petrobras na Petrobras Gás S.A. (“Gaspetro”).

A Gaspetro é uma sociedade holding que detém participações em 19 distribuidoras de gás, que operam com exclusividade os serviços locais de distribuição de gás canalizado em diversos Estados do Brasil. Suas redes de distribuição somam aproximadamente 10 mil km, atendendo a mais de 500 mil clientes, com volume distribuído de cerca de 29 milhões m<sup>3</sup>/dia. O valor do investimento para aquisição da participação é de R\$ 2,030 bilhões, a ser pago em seu fechamento, sujeito aos ajustes previstos no contrato.

Na data de publicação desse formulário, a conclusão da Transação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas, que inclui, mas não se limita, a aprovação pelos órgãos competentes.

## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Nosso foco no segmento de Distribuição passa diretamente pela execução do plano regulatório da Comgás e avaliação seletiva de aquisições e privatizações, buscando ampliar nossa atuação nesse mercado e replicando o modelo de negócios de sucesso da Comgás.

### **Todos Outros Segmentos**

#### *Infraestrutura*

No Brasil, historicamente o segmento de infraestrutura de gás é centralizado na Petrobras, sendo atualmente composto pelos sistemas (i) offshore Rotas (1, 2 e 3) e (ii) por cinco redes de gasodutos onshore (NTS, TAG, TBG, TSB e GDO), totalizando aproximadamente 9,4 mil km. A Petrobras detém ainda o controle dos três terminais de importação de GNL no Brasil, com capacidade total de 41 milhões de m<sup>3</sup>/dia.

A Petrobras vem gradualmente promovendo o desinvestimento desses ativos e saída do segmento de transporte, como parte do TCC assinado com o CADE, já tendo transferido ao controle privado a NTS e a TAG. Adicionalmente, a Petrobras se comprometeu a disponibilizar a capacidade não utilizada para outros produtores, o que contribuirá significativamente para a abertura do mercado e aumento da competição, com a entrada de novas companhias.

O cenário global de oferta abundante tem estimulado o desenvolvimento de terminais de regaseificação de GNL por grupos privados e a expectativa do enorme volume de gás do pré-sal tornará necessária a ampliação da rede de escoamento offshore para viabilizar a produção do pré-sal. Assim, enxergamos que existe uma convergência de fatores que criam um momento extremamente favorável para a maior participação de players privados, como a Compass, neste segmento.

Estamos desenvolvendo dois grandes projetos de infraestrutura de gás natural: o Terminal de Regaseificação de São Paulo ("TRSP"), para importação de GNL, e o Rota 4, gasoduto de escoamento para a produção de gás do pré-sal.

A Compass iniciou a construção do TRSP em 2021. Localizado no Porto de Santos, o TRSP possui uma capacidade de regaseificação nominal licenciada de 14 milhões de m<sup>3</sup>/dia e capacidade de armazenamento de 173 mil m<sup>3</sup> de gás natural liquefeito ("GNL"). O terminal irá operar em um modelo de afretamento da Floating Storage and Regasification Unit ("FSRU"), embarcação especializada na regaseificação do GNL. Os investimentos estão estimados em aproximadamente R\$ 700 milhões e o prazo estimado para início de operação é 2023.

Também estamos desenvolvendo o Rota 4, conectando os poços de produção da bacia de Santos ao continente, onde construiremos uma Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN). Conforme publicado pela Empresa de Pesquisa Energética ("EPE"), esse projeto possui duas alternativas, o Rota 4a, ligado a Cubatão (SP) e o Rota 4b, ligado ao Porto de Itaguaí (RJ). A capacidade licenciada é de 21 milhões de m<sup>3</sup>/dia, com extensão de 267 km e um investimento aproximado de R\$ 8 bilhões a partir de 2024, cujos recursos esperamos obter no futuro, e o qual temos interesse em desenvolver juntamente com parceiros estratégicos mantendo uma participação minoritária. Este investimento vem sendo estudado desde 2012 e encontra-se em fase de licenciamento. Temos a expectativa de início das operações a partir de 2027 e acreditamos que o projeto será remunerado pelo escoamento e pelo processamento do gás natural, por um

## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

provável modelo de tolling, firmando contratos com produtores, comercializadoras ou distribuidoras de gás. Esperamos que o Rota 4 permita o nosso acesso ao gás competitivo do pré-sal, também um importante passo na nossa estratégia de diversificação de suprimento.

Acreditamos que o TRSP e o Rota 4 são estrategicamente complementares, pois possuem perfil de suprimento e flexibilidade diferentes e alto valor para formação do nosso portfólio. Acreditamos que a produção esperada do pré-sal de gás associado ao petróleo deve encontrar demanda firme para que a operação não sofra interrupções, e que a importação de GNL permite maximizar a flexibilidade, oferecendo melhor gestão das oscilações e oportunidades de demanda do mercado.

### *Geração termoelétrica e comercialização de energia*

Segundo o Plano Decenal de Energia 2029, publicado pela EPE em 2019, espera-se que Brasil apresente uma expansão de potência instalada para térmicas a gás de 23 GW, o que representa um aumento de sua participação na matriz elétrica de 8% para 16% do total da capacidade de geração. Caso esse plano se concretize, o gás natural terá um papel chave na matriz energética, pois além de substituir fontes de energia mais poluentes, como o carvão e o óleo combustível, também traz confiabilidade ao sistema elétrico, uma vez que complementa as fontes renováveis intermitentes, como a solar e eólica, ajudando a atender picos de demanda de energia.

Nosso foco consiste em avaliar o potencial desenvolvimento de um portfólio de geração térmica, podendo ser realizado juntamente com parceiros estratégicos. Nosso objetivo é de maximizar a demanda de gás em nosso segmento de Comercialização de gás, na qual cada 1 GW de potência instalada consome aproximadamente 4,3 milhões de m<sup>3</sup>/dia de gás natural quando em despacho. Também avaliaremos seletivamente oportunidades de aquisição no setor.

O modelo de negócios consiste em contratos de longo prazo de venda de energia no mercado regulado (Power Purchase Agreement – “PPA”), com a remuneração da disponibilidade e dos despachos inflexível e flexível. Pela nossa plataforma complementar de trading de energia elétrica, também há a eventual oportunidade de despacho voluntário e remuneração via preços de energia spot, o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), quando viabilizarmos gás competitivo para garantir a rentabilidade dessa operação.

Atualmente, estamos desenvolvendo projetos de térmicas a gás natural próprios e com parceiros, com objetivo de participar dos próximos leilões de energia nova e existente realizados pelo MME. Adicionalmente à estratégia de atuação no mercado regulado, enxergamos uma enorme oportunidade no mercado livre. Existe atualmente a discussão da Modernização do Setor Elétrico, coordenado pelo MME e que conta com a participação da EPE, Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”). Em 10 de março de 2020, o Senado aprovou o Projeto de Lei do Senado (PLS) 232/16, sobre a redução do limite mínimo de consumo para a migração ao mercado livre de energia, o que aumenta significativamente o universo de consumidores que poderiam optar por uma modalidade de contratação bilateral, diretamente com o provedor da energia. Consequência direta dessa redução seria o estímulo a atividade de comercialização de energia seja diretamente pelos geradores ou através de comercializadoras capazes de centralizar uma demanda mais fragmentada.

## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Com o objetivo de desenvolver o mercado livre de energia elétrica, em janeiro de 2020, fizemos a aquisição da Compass Comercialização. A Compass Comercializadora de Energia foi fundada em 2009 e tem como pilar principal a expertise de análise estatística e probabilística que consolidou modelos proprietários de formação de preços e posicionamento de trading de energia. Essa aquisição adicionou ao nosso portfólio a experiência e pioneirismo da abertura do mercado livre de energia elétrica, onde diversos fatores e experiências podem ser aplicados ao desenvolvimento do mercado livre de gás natural.

Em 2021, a controlada Compass Comercialização S.A. confirma a continuidade de suas operações com foco na venda de gás e energia para clientes finais, tendo, no entanto, reduzido substancialmente a atividade de trading direcional de energia elétrica.

Com as transformações no mercado global de gás natural e as iniciativas do Novo Mercado de Gás, acreditamos que há um grande potencial de crescimento da demanda de gás e no desenvolvimento do mercado livre. De acordo com o MME, em 2019 houve um consumo de 40 milhões de m<sup>3</sup>/dia de gás natural pelo mercado cativo das distribuidoras do país. Com a abertura desse mercado e considerando a evolução e a curva de crescimento do mercado livre de energia elétrica, acreditamos que em 10 anos, o consumo livre de gás possa atingir 16 milhões de m<sup>3</sup>/dia, segundo estimativas próprias baseadas no comportamento do setor elétrico durante o seu processo de abertura. Adicionalmente, a Petrobras figura como a principal fornecedora de gás para as distribuidoras com contratos que expirarão entre 2020 e 2024, representando uma demanda de mais de 25 milhões de m<sup>3</sup>/dia para ser potencialmente atendida por novos fornecedores.

O nosso modelo de negócios na Comercialização de gás consiste em construir um robusto portfólio de suprimento diversificado, flexível e competitivo e comercializar o gás para grandes clientes consumidores, distribuidoras de gás e térmicas a gás, de modo a otimizar a oferta e a demanda de gás natural nos próximos anos. Nossa expertise e experiência no relacionamento com clientes B2B em diferentes negócios no Grupo Cosan.

Em suprimento, no momento estamos avançando nas negociações de contratos de fontes diversificadas, dentre elas GNL, gás boliviano e gás do pré-sal, com diferentes fornecedores. Na demanda, estamos negociando contratos de gás de longo prazo com distribuidoras e potenciais clientes livres. Por fim, também estamos avançando em discussões quanto ao acesso a infraestrutura de terceiros, hoje em sua maioria controlada pela Petrobras, para terminais de regaseificação, gasodutos de transporte, gasodutos de escoamento e plantas de processamento de gás existentes.

Nossos investimentos em ativos intangíveis e ativos de contrato, incluindo aquisições foram de R\$ 1.903,8 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, R\$ 990,4 milhões durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e R\$775,8 milhões durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**Informações Financeiras Consolidadas da Companhia

Ao longo do item 10, apresentamos as informações financeiras combinadas carve-out, que compreendem: (i) ativos, passivos e resultados reportados pela Companhia de Gás de São Paulo – COMGÁS (“Comgás”); (ii) balanços históricos carved-out do direito de concessão da Comgás realizado pela Cosan S.A.; e (iii) ativos, passivos e resultados reportados pela entidade legal Compass Gás e Energia S.A. e suas controladas. Abaixo, apresentamos, com base nas informações consolidadas da Companhia, as Demonstrações do Resultado e o Balanço Patrimonial referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2019:

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO**

<i>(em R\$ milhares, exceto %)</i>	<b>31/12/2019</b>
Despesas gerais e administrativas	-2.614
<b>Despesas operacionais</b>	<b>-2.614</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro líquido e dos impostos</b>	<b>-2.614</b>
Despesas financeiras	-1
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>-1</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>-2.615</b>
Diferido	889
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>889</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>-1.726</b>

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

<i>(em R\$ milhares)</i>	<b>31/12/2019</b>
<b>Ativos</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	113
<b>Ativo Circulante</b>	<b>113</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	889
<b>Ativo não Circulante</b>	<b>889</b>
	-
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.002</b>
<b>Passivos</b>	
Partes relacionadas	2.616
<b>Total do Passivo</b>	<b>2.616</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	
Capital Social	105
Lucros (prejuízos) acumulados	-1.719
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>-1.614</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>1.002</b>